



caixa

RELATÓRIO E CONTAS 2013

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	4
DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL	5
CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9
PRINCIPAIS INDICADORES	13
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	14
1.1. Enquadramento das Actividades	14
1.2. Principais aspectos institucionais	21
2. SÍNTESE DA ACTIVIDADE	22
3. ACTIVIDADE BANCÁRIA	24
3.1. Depósitos	24
3.2. Créditos	27
3.3. Crédito e Juros Vencidos	30
3.4. Actividades Financeiras	31
4. OUTRAS ACTIVIDADES	34
4.1. Recursos Humanos	34
4.2. Gestão de Riscos	38
4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos	40
4.4. Organização e Qualidade	41
4.5. Instalações	42
4.6. Marketing	43
4.7. Novos Canais Electrónicos	44
4.8. Relações com Emigrantes	45
4.9. Relações Internacionais	45
4.10. Actividades no Âmbito de Responsabilidade Social	47

5. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE	49
5.1 Resultados do Exercício	49
5.2 Rendibilidade e Eficiência	51
5.3 Rácios Prudenciais	52
5.4 Provisões e Imparidades	53
5.5 Crédito e Juros Vencidos	53
 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	 54
 7. NOTAS FINAIS	 54
 BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	 55
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	
RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Marcos Fortunato Oliveira (<i>INPS</i>)
Vice-Presidente	António Manuel Santos Mendonça Mendes (Geocapital)
Primeiro Secretário	Nancy Helena Almeida Cardoso Monteiro (<i>INPS</i>)
Segundo Secretário	Diogo Afonso Mendes de Almeida (Geocapital)

Conselho de Administração

Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (<i>INPS</i>)
Vice-Presidente	Diogo Barradas de Lacerda Machado (Geocapital)
Vogal	Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes (<i>INPS</i>)
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos (<i>CCV</i>)
Vogal	Luís Manuel Veloso de Almeida (Geocapital)
Vogal	Nuías Mendes Barbosa da Silva
Vogal	Luís Vasconcelos Lopes (<i>IMPAR</i>) - até Agosto 2013
	Paulo de Oliveira Lima (<i>IMPAR</i>) - a partir 30 de Agosto

Conselho Fiscal

Presidente	Eunice da Graça da Luz (<i>CCV</i>)
Vice-Presidente	Raimundo Duarte Monteiro (<i>IMPAR</i>)
Vogal	Daniel do Rosário dos Santos (<i>INPS</i>)

Comissão Executiva

Presidente	Emanuel Jesus Veiga Miranda
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos
Vogal	Nuías Mendes Barbosa da Silva

DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL

Direcção Financeira e Internacional	Emanuel Évora Gomes Director
Direcção de Informática e Comunicações	Jorge Henrique Lima Director
Direcção Comercial Norte	Manuel Henrique Almeida Director
Direcção Comercial Sul	Maria Júlia do Rosário Ferreira Directora
Direcção Administrativa e Recursos Humanos	Celia Santos Directora
Direcção Operacional	Manuel Sanches Tavares Júnior Director
Direcção de Gestão de Risco	João Carlos Lopes Director
Gabinete de Acompanhamento de Crédito	Emanuel Andrade Semedo Coordenador
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes Lobo de Pina Coordenadora
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Maria Resende Cardoso Coordenadora
Gabinete de Marketing	Helder Manuel da Graça da Luz Coordenador
Gabinete de Organização, Estudos e Projectos	José Luis Silva Coordenador
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Vera Lima Coordenadora
Gabinete de Função Compliance	Ariana Ribeiro Coordenadora
Gabinete de Secretariado e Relações Públicas	Diva Vieira Coordenadora

Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária

Octávio Melo

Coordenador

Gabinete de Segurança

Abel Cardoso

Coordenador

Agência da Fazenda

Denise Santos

Gerente

Agência do Plateau

Eurizandra Semedo

Gerente

Agência de Assomada

António Alvarenga

Gerente

Agência Achada de Santo António

Dulce Barreto

Gerente

Agência dos Espargos

Júlia Maria T. Lopes dos Santos

Gerente

Agência de Santa Maria

Carla Carvalhal

Gerente

Agência do Aeroporto *Amílcar Cabral*

Júlia Maria T. Lopes dos Santos

Gerente

Agência de Mindelo

Águeda Cardoso da Graça

Gerente

Agência de Monte Sossego

Alcídia Ramos

Gerente

Agência da Ribeira Grande

Manuela Maria Santos Delgado

Gerente

Agência de Palmarejo

Amílcar Almeida

Gerente

Agência de S. Filipe (Fogo)

Queilidénia Freitas

Gerente

Agência da Calheta de S. Miguel	Julião Manuel Semedo (até 1 Outubro); Claudelino Dias (a partir de 1 Outubro) <i>Gerente</i>
Agência do Aeroporto da Praia	Eurizandra Semedo <i>Gerente</i>
Agência do Sucupira	Denise Santos <i>Gerente</i>
Agência de Achada S. Felipe (Praia)	Ivete Carvalho <i>Sub-Gerente</i>
Agência do Tarrafal (Santiago)	Emiliano Costa <i>Gerente</i>
Agência de Fonte Cónego	Alcídia Ramos <i>Gerente</i>
Agência do Coculi	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i> Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência do Paúl	
Agência do Aeroporto da Boa Vista	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Sal-Rei	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Santa Cruz	José Jorge Silva <i>Gerente</i>
Caixa Empresas	Katia Antunes <i>Gerente</i>
Agência dos Mosteiros	Queilidénia Freitas <i>Gerente</i>
Agência de Porto Novo	Armindo Luz <i>Gerente</i>
Agência do Maio	Carlos Martins <i>Gerente</i>

Agência de R^a Brava

José Moreno

Gerente

Agência Tarrafal (S.Nicolau)

José Moreno

Gerente

Agência Sede (Praia)

Carlos Gonçalves

Sub-Gerente

Carta do Conselho de Administração

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos,

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., com os seus quase 86 anos de história recheada de contribuições cruciais no processo de afirmação económica e social de Cabo Verde como nação, mas também enquanto país independente a partir de 1975, assumindo-se como um dos pilares indispensáveis do empoderamento do povo cabo-verdiano, com um papel importante na construção da riqueza nacional e o índice de desenvolvimento humano de que a nação muito orgulha-se, não obstante os nefastos reflexos da crise financeira e económica mundial na economia Cabo-verdiana que teima a persistir, conseguiu durante o exercício económico de 2013 prosseguir o seu percurso de afirmação e consolidação da sua posição no mercado, ao mesmo tempo que vem consolidando e fortalecendo a sua situação financeira e económica, tendo alcançado resultados globalmente aceitáveis face à evolução menos positiva, ainda, da economia nacional em 2013, explicada, sobretudo, pela tímida retoma das economias dos países que formam o principal polo de cooperação e relações económicas e comerciais de Cabo Verde, designadamente os países da União Europeia e os EUA. Este processo de consolidação em curso permite perspectivar um crescimento robusto e equilibrado da sua actividade para o futuro.

Os resultados alcançados, tanto no plano económico e financeiro, quanto no plano da actividade comercial, foram construídos no quadro do Plano Estratégico aprovado para o quadriénio 2013-2016, o qual definiu três objectivos: 1) Posicionar a Caixa como o melhor banco do país em termos de capacidade de resposta aos Clientes, rentabilidade financeira para os Accionistas, ambiente laboral para os Colaboradores, e relacionamento com a Comunidade; 2) Baixar o rácio Cost-to-Income para menos de 55%; 3) Crescer no segmento Emigrante acima de 50%.

Para a prossecução dos objectivos acabados de referir, elegeu-se quatro eixos prioritários de intervenção: Consolidação, Eficiência, Diversificação, e Internacionalização. No quadro do Plano Estratégico e dos eixos atrás referidos, as actividades da Caixa em 2013 centraram-se em cinco eixos de intervenção: Agressividade, Eficiência, Inovação, Organização e Unificação. O objectivo prioritário para o exercício de 2013 foi o incremento do negócio e rentabilidade.

Este objectivo, embora abaixo da meta pretendida, foi alcançado. Provas disso são os crescimentos de 14,3% e 4,2% verificados ao nível de captação de recursos de clientes e crédito líquido, respectivamente, e o aumento da ROE (Rendibilidade dos Capitais Próprios) de 3,39% para 5,78%.

Assim, em resultado das prioridades definidas para 2013, mas também devido à situação pouco favorável da conjuntura económica e financeira nacional e internacional, a qual contribuiu para a degradação da capacidade de certos clientes honrarem regularmente o serviço da dívida junto da Caixa, os Resultados Líquidos do exercício fixaram-se em 205 mil contos, o que representa um aumento na ordem dos 73,47% face a 2012, os Capitais Próprios sofreram um aumento de 5,86% e o Rácio de Solvabilidade melhorou ainda mais, passando de 13,6% em 2012 para 14,29% em 2013.

No respeitante às actividades, a Caixa viu o seu Activo Líquido registar um crescimento de 12,62% contra os 6,9% registado em 2012, para atingir os 50.659 mil contos, fruto, essencialmente, do crescimento verificado nos Recursos de Clientes.

Prosseguiu-se com a criação das condições humanas, físicas, tecnológicas e institucionais com vista à materialização de todos os projectos que fazem parte do Plano Estratégico para 2013-2016.

Com a implementação paulatina dos projectos previstos no Plano Estratégico, considerando as perspectivas de alguma retoma da economia mundial e as previsões de crescimento económico, para Cabo Verde para os próximos anos, aliados à abnegação e engajamento total que os trabalhadores da Caixa têm demonstrado no desempenho das suas funções, estamos, pois, confiantes de que a Caixa, em 2014, vai enfrentar com sucesso os desafios que se lhe colocam, designadamente o incremento da sua carteira de crédito tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Estamos, pois, em crer que as medidas e acções materializadas em 2013 contribuíram para o reforço das condições básicas necessárias para o banco seguir o seu processo de desenvolvimento, com base em inovação e modernização das suas infra-estruturas físicas, tecnológicas, mas também dos processos de negócios e estrutura organizacional e, ainda, na aposta forte na valorização e motivação dos seus Recursos Humanos. Assim sendo, acreditamos que a Caixa vai poder reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado

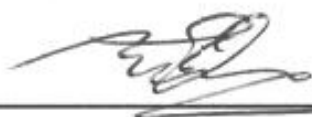
para, deste modo, continuar a criar cada vez mais valor para os seus accionistas, trabalhadores e sociedade, a um nível que a todos satisfaça.

Para concluir, dirigimos palavras de agradecimento aos nossos Clientes pela sua preferência, aos Accionistas pela confiança depositada em nós, e, muito em especial, aos estimados Colaboradores pelo inesgotável profissionalismo e lealdade que demonstraram ao longo do ano.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à Caixa Económica de Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal o nosso agradecimento pelo profissionalismo evidenciado no acompanhamento da nossa Instituição.

O Conselho de Administração



Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda



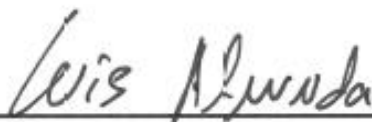
Vice – Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado



Vogal - Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes



Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos



Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida



Vogal – Paulo de Oliveira Lima



Vogal – Nuias Mendes Barbosa da Silva

Quadro I - PRINCIPAIS INDICADORES

	Unidade	2012	2013
1. Dimensão			
- Activo Líquido	Contos	44.980.802	50.659.596
Variação	%	6,87	12,62
- Recursos Próprios (Capital + Reservas + Result)	Contos	3.459.522	3.665.364
- Crédito s/ Clientes (líquido)	Contos	32.350.071	33.707.352
- Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	Contos	39.930.010	45.628.646
- Trabalhadores Activos		293	310
- Agências e outras formas de Representação	Unidades	34	35
- Agências/Balcões	Unidades	30	31
- Delegações nos Correios	Unidades	4	4
2. Rendibilidade			
- Resultados Líquidos do Exercício	Contos	118.664	205.842
- Cash Flow do Exercício	Contos	780.715	800.662
- ROA (Resultado Liq/Activo Liq Médio)	%	0,27	0,43
- ROE (Resultado Liq/Capitais Próprios Médios)	%	3,39	5,78
3. Prudenciais			
- Fundos Próprios (Aviso BCV)	Contos	3.358.911	3.555.848
- Rácio de Solvabilidade (Aviso BCV)	%	13,59	14,29
- Rácio do Imobilizado Liq (Imobilizado Liq./F.Próprios)	%	127,7	145,31
- Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _Aviso BCV)	%	92,3	79,84
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	%	17,11	17,30
- Imparidades Crédito/Créd Vencido	%	49,68	51,07
- Indicador Qualidade Crédito (Circular Série "A" nº150/DSE/2009)	%	6,35	7,21
- Crédito em Risco (Circular Série "A" nº 166 de 2012.11.02)	%	11,33	10,56
4. Funcionamento			
- Custos Operativos/Prod Banc (cost to income)	%	66,63	68,85
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	Contos	6.774	6.542
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	Contos	2.764	2.656
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	%	22,3	22,5
- Cash Flow/ Activo Líquido Médio	%	1,8	1,7

1. Considerações Gerais

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CAIXA), vem o conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral e aos Accionistas o Relatório e as Contas referentes ao Exercício de 2013.

1.1. Enquadramento das actividades

1.1.1. Conjuntura Internacional

A evolução recente da economia mundial tem estado a evidenciar sinais de fraco desempenho. A performance menos favorável das economias emergentes, justificam as recorrentes revisões em baixa das expectativas do crescimento global para 2013 e 2014. Porém, cinco anos após o início da crise financeira global, a expectativa é de recuperação em 2014, puxado pelo reaquecimento das economias de alta renda.

Neste contexto, no World Economic Outlook de Outubro passado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) antecipou um abrandamento da economia global relativamente a 2013, perspectivando o crescimento do PIB mundial em 2,9 por cento (0,3 pontos percentuais abaixo que 2012). Para 2014, entretanto, o FMI projectou uma ligeira aceleração da actividade económica global (para 3,6 por cento), impulsionada, sobretudo, pelo desempenho das economias avançadas e, em particular, dos EUA.

O Fundo avança que a fraca procura interna e um crescimento mais lento, nas economias emergentes, bem como uma recessão mais acentuada na Zona Euro, são as principais condicionantes a expansão da actividade económica mundial.

Em termos reais, o ritmo de crescimento do produto interno bruto dos EUA deverá acelerar de 1,6 por cento em 2013 para 2,6 por cento em 2014, em resultado, principalmente, do contínuo fortalecimento da procura privada (suportada pela recuperação do mercado imobiliário e pela melhoria da situação financeira das famílias), no quadro de algum alívio na política de consolidação orçamental e da manutenção dos estímulos monetários. A taxa de desemprego reduziu gradualmente, de 7,9 por cento da população activa, em Janeiro para 7,2 por cento, em Setembro.

Quanto ao desempenho do principal parceiro económico do país, a Zona Euro, as previsões do FMI apontam para um crescimento na ordem de um por cento em 2014, depois de dois

anos consecutivos de recessão. Registe-se que a manutenção de condições desfavoráveis no mercado de crédito, principalmente, nas economias mais vulneráveis, continua a condicionar o desempenho económico da região, numa conjuntura de algum afrouxamento da política de consolidação orçamental (de cerca de um por cento do PIB em 2013 para 0,25 por cento em 2014).

A economia dos mercados emergentes e em desenvolvimento deverá manter-se vigorosa, embora abaixo das previsões iniciais, sustentada pela recuperação das exportações para as economias avançadas e pelo crescimento do consumo privado. Igualmente, o investimento deverá ser impulsionado pelo abaixamento das taxas de juro reais e por uma política orçamental menos conservadora.

Referindo-se ainda às economias emergentes, o FMI prevê um crescimento de 4,5% no final deste ano (menos 0,5 ponto percentuais em relação a previsão anterior) e 5,1% no próximo. Neste grupo, os países da África Subsaariana deverão registar em média um crescimento de 5,0% em 2013 e 6,0% em 2014. Quanto às economias avançadas, o crescimento previsto é de 1,2% para 2013 e 2,0% para 2014.

A África Subsaariana manteve um bom ritmo de crescimento económico em 2013, apoiado por fortes investimentos baseados em recursos naturais. A estimativa do crescimento real do PIB é de 5,0 por cento para a região. Excluindo-se a África do Sul, a média de crescimento para o resto da região foi de 6,0 por cento. A procura doméstica robusta, os fluxos de IDE relativamente resilientes e uma inflação mais baixa devem ajudar a sustentar o crescimento regional de cerca de 6,0 por cento em 2014. A região não sofre muito com o aumento das taxas de juros globais, no entanto, é muito vulnerável as quedas de preços dos *commodities* e aos riscos domésticos relacionados com as colheitas (preços dos alimentos), conflitos políticos, riscos de segurança no norte da Nigéria, e aos ataques de piratas ao longo do Golfo da Guiné, o que poderia elevar os custos de transporte e perturbar o comércio regional.

Relativamente aos mercados financeiros internacionais é de realçar que os prémios de risco relativos as Obrigações de Tesouro de vários países da Zona Euro registaram variações em sentido ascendente, repercutindo na evolução das *yields*.

A determinar a descida dos preços das obrigações europeias está a expectativa que a Reserva Federal (FED) dos EUA possa iniciar o seu plano de retirada de estímulos monetários, uma vez que a economia americana está a crescer de forma sustentada. Os EUA reportaram

que o PIB do país cresceu 2,8% no terceiro trimestre de 2013, superando as estimativas dos economistas.

As pressões inflacionistas mundiais têm sido mais moderadas, na sequência da diminuição dos preços das matérias-primas. As taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes deverão situar-se, em média, nos 1,4% e 6,2% respectivamente, em 2013. Para 2014, as previsões de inflação indicam para uma média de 1,8% para as economias avançadas e de 5,7% para as economias emergentes. Em linha com a tendência da inflação pelos custos, os preços no consumidor permaneceram em geral, abaixo das metas estabelecidas pelas autoridades monetárias, principalmente nas economias avançadas.

No caso particular da Zona Euro, região monetária com a qual o país mantém um regime cambial de peg unilateral, prevê-se que a inflação fique por 1,3 por cento em Dezembro 2013 reflectindo não só a evolução ainda desfavorável da actividade económica, como também as pressões descendentes nos salários das economias em ajustamento estrutural.

Nos mercados das matérias-primas, o preço de petróleo manteve uma tendência global de redução, tendo a cotação do barril de *brent* desvalorizado, em termos médios, 3,4 face a Dezembro de 2012. O aumento das reservas dos EUA, num contexto de enfraquecimento da actividade económica nos mercados emergentes, compensou alguma redução da oferta do Médio Oriente, devido à persistência de instabilidades política e social no Egipto e na Síria.

Os preços de produtos alimentares também permaneceram com um perfil descendente. O índice de preços dos alimentos da *Food and Agriculture Organization* (FAO) decresceu 1,3 face a Dezembro de 2012, reflectindo as boas perspectivas de produção, num contexto de fraca procura. Refira-se, contudo, ao aumento considerável dos preços dos produtos lácteos, em consequência do impacto na produção e de condições meteorológicas adversas.

Quadro II - Principais Indicadores Economia Internacional - 2013 (P)

Indicadores Internacionais (%)	Crescimento Real do PIB	Inflação	Balança Corrente	Desemprego
Economias Avançadas	1,2	1,4	0,1	8,1
EUA	1,6	1,4	-2,7	7,6
Zona Euro	-0,4	1,5	2,3	12,3
Alemanha	0,5	1,6	6,0	5,6
França	0,2	1,0	-1,6	11,0
Portugal	-1,8	0,7	0,9	17,4
Japão	2,0	0,0	1,2	4,2
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,5	6,2	0,8	
Brasil	2,5	6,3	-3,4	5,8
Rússia	1,5	6,7	2,9	5,7
Índia	3,8	10,9	-4,4	
China	7,6	2,7	2,5	4,1
África Sub-sahariana	5,0	6,9	-4,0	

Fonte: Banco de Cabo Verde

1.1.2. Conjuntura Nacional

A evolução dos indicadores quantitativos de acompanhamento da actividade económica nacional, construídos pelo Banco de Cabo Verde, sugere a manutenção da tendência descendente da procura interna, devido, essencialmente, ao comportamento desfavorável do indicador agregado de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

O comportamento ainda pouco favorável do consumo estará, sobretudo, associado à redução do rendimento disponível real das famílias (especialmente devido ao decréscimo dos rendimentos de empresa e propriedade, das remessas dos emigrantes, bem como das remunerações salariais), num contexto de diminuição do crédito ao consumo.

O indicador de procura externa líquida registou um crescimento de cerca de 32 por cento até Setembro (+34 por cento em período homólogo), explicado pela contínua diminuição das importações de mercadorias, pelo aumento, embora em desaceleração, das receitas de turismo e por alguma recuperação das exportações de mercadorias (para França, Portugal e Espanha, principalmente).

A evolução das receitas brutas de turismo, embora em desaceleração, favoreceu, igualmente, a redução do défice comercial de bens e serviços. Estas cresceram cerca de sete por cento até Setembro, muito aquém das dinâmicas de 2012 (+18,9 por cento) e de 2011 (+28,4 por cento).

De acordo com as estimativas preliminares das contas externas, após um decréscimo assinalável em 2012, o défice da balança corrente registou uma redução homóloga na ordem dos 90 por cento, até Setembro, fixando-se em cerca de um por cento do PIB.

A contínua correcção dos desequilíbrios económicos externos de Cabo Verde pode ser explicada, em larga medida, pelo contínuo ajustamento do sector privado a condições de financiamento externas e internas restritivas, bem como pela desaceleração dos gastos públicos (correntes e de investimentos).

Depois de ter apresentado uma tendência crescente nos primeiros quatro meses do ano, em função, essencialmente, do aumento da taxa do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) dos bens e serviços administrados, a inflação média anual retrocedeu, em Setembro, para os níveis do final do ano passado (2,5 por cento).

O comportamento das remessas dos emigrantes, um importante fluxo de financiamento da economia nacional, estará relacionado, em larga medida, com as condições desfavoráveis do mercado de trabalho na Área do Euro, de onde provém cerca de 75 por cento das remessas.

Apesar do significativo aumento do crédito ao sector público, o crédito interno evoluiu moderadamente ao longo dos primeiros nove meses do ano, devido à ligeira redução dos empréstimos concedidos a particulares e a sociedades não financeiras (em 1,2 por cento, que compara aos crescimentos de 0,2 e de 10 por cento em finais de 2012 e 2011, respectivamente). Registe-se que a estagnação do crédito à economia nos últimos vinte meses sucede a uma década de crescimento muito rápido do endividamento das empresas e famílias.

Nos últimos três anos, com o enfraquecimento da actividade económica e o aumento do desemprego, os níveis de incumprimento cresceram consideravelmente.

Enquadramento externo da economia cabo-verdiana permanece pouco favorável, mas com sinais de uma recuperação mais consistente a partir de 2014. Desde logo porque, a conjuntura económica ainda pouco favorável da Zona Euro deverá continuar a condicionar a evolução da economia nacional. Registe-se que a economia cabo-verdiana tem sido

severamente afectada pela crise europeia, via redução, primeiramente, dos influxos de investimento directo estrangeiro, da ajuda pública ao desenvolvimento e, mais recentemente, das remessas dos emigrantes para apoio familiar.

Para 2014, perspectiva-se que a taxa de inflação permaneça relativamente baixa, no intervalo 1,5-2,5 por cento. A dissipação dos efeitos das medidas fiscais introduzidas em 2013, num contexto de ténue recuperação da procura interna e de pressões importadas contidas, fundamentam a projecção da inflação para 2014.

As importações deverão continuar a reduzir, com a diminuição prevista da procura interna e algum aumento da produção doméstica de alimentos frescos e de electricidade e água gerada através de energias renováveis. Por sua vez, as exportações de bens e serviços deverão desacelerar, reduzindo o contributo da procura externa líquida para o crescimento.

A procura interna deverá recuperar ligeiramente, em resultado também da dissipação dos efeitos das medidas fiscais implementadas em 2013 no rendimento das famílias e das empresas, de alguma recuperação das transferências externas para apoio familiar (em função de um melhor desempenho dos principais parceiros do país) e de um aumento do consumo público.

Os riscos à materialização das actuais perspectivas para a actividade económica e as contas externas são preponderantemente descendentes, estando relacionados com eventual: (i) performance económica da Zona Euro pior do que a antecipada, com efeitos na evolução da procura dirigida à economia de Cabo Verde e das condições de financiamento externo; (ii) crescimento das receitas do Estado, aquém do previsto, com impacto contracionista no consumo e investimentos públicos e, consequentemente, na procura interna; (iii) aumento da aversão ao risco pelas instituições bancárias, com consequências no financiamento do investimento produtivo, numa conjuntura em que o sector privado tem limitado acesso a outras fontes de financiamento.

Quadro III - Principais Indicadores Economia Cabo-verdiana

Indicadores Nacionais	Unidade	2013 (P)
Sector Real		
PIB real	variação em %	2,0 - 3,0
IPC	variação em %	2,0 - 2,5
Sector Monetário		
Activo Externo Líquido	variação em %	14,2
Crédito à Economia	variação em %	-0,8
Massa Monetária	variação em %	4,8
Sector Externo		
Défice Corrente	em % do PIB	9,5
RIL/Importações	Meses	4,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

P - Projecções

1.1.3. Sector Financeiro

A evolução da economia cabo-verdiana foi em 2013 muito condicionada pelo contexto internacional que apesar de alguns sinais positivos, continua desfavorável.

Em Cabo Verde as consequências da crise internacional reflectem-se sobretudo na redução dos fluxos do investimento directo estrangeiro e das remessas dos emigrantes.

De notar ainda o continuo abrandamento da dinâmica económica influenciada pela queda da confiança dos agentes económicos com reflexo directo na actividade dos bancos mormente na concessão de crédito.

É neste contexto que, o Banco de Cabo Verde, com o intuito de estimular a economia optou por uma política acomodatória, reorientando os leilões de títulos próprios em função das taxas propostas pelos bancos e reduzindo de 3,25% para 1,0% a taxa de remuneração das facilidades permanente dos depósitos.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde conferiu nova dinâmica a economia particularmente com a cotação e gestão das emissões de títulos do tesouro.

O agregado monetário M2 registou um crescimento na ordem dos 9% em Setembro, em termos homólogo, depois de ter registado um aumento de aproximadamente 6% em 2012. Esta evolução foi em grande medida, conseguida em virtude do expressivo aumento das

aplicações dos bancos no exterior (66%), combinado com a acumulação das reservas internacionais líquidas do país (4%) e ainda, o considerável aumento da dívida pública (27%) num contexto em que as receitas públicas evoluíram desfavoravelmente.

Não obstante o assinalável aumento do crédito ao sector público, o crédito interno evoluiu moderadamente ao longo dos primeiros nove meses de 2013, devido a ligeira redução dos empréstimos concedidos a particulares e a sociedades não financeiras (1,2%).

Nos últimos três anos, com o enfraquecimento da actividade económica e o aumento do desemprego, os níveis de incumprimento cresceram consideravelmente, daí a necessidade de reforço das imparidades e das exigências do Banco Central que, aliado à persistência de incertezas e eminência de novos riscos justificam quer a redução da oferta de crédito, quer a tendência ascendente das taxas de juro dos empréstimos de curto prazo.

Consequentemente, o funding dos bancos manteve um perfil ascendente ao longo de 2013, causando um expressivo aumento de liquidez excedentário no sistema bancário.

1.2 Principais Aspectos Institucionais

Em termos de estrutura accionista da instituição, em 31 de Dezembro 2013, o seu Capital Social estava distribuído conforme evidenciado no quadro abaixo, mantendo a composição de 2012:

Quadro V – Estrutura Accionista

Entidade	Nº de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%
Geocapital, Soc. Gestão de Participações	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%
Impar, Companhia Cabo-verdiana de Seguros	168.032	12,1%
Outros Subscritores e Trabalhadores	183.357	13,2%
Total	1.392.000	100,0%

A cotação das acções tem sido bastante estável, tendo fechado 2013 a registar 3.000\$00 por cada acção, contra os 2.700\$00 de 2012. A capitalização bolsista situou-se em 4,17 milhões de contos, contra os 3,76 milhões de contos de 2012.

Trata-se de um exercício que, ficou marcado pelo fecho das contas dentro do prazo estabelecido, por uma situação de liquidez bastante favorável.

Fica assinalado pela consolidação dos eventos de 2012, nomeadamente, na Sede a customização das soluções implementadas e pelas auditorias de acompanhamentos segundo a ISO 9001 e 27001, relativamente as certificações internacionais, em Qualidade e Segurança, respectivamente.

A CAIXA é parte integrante da história de Cabo Verde e é, dentro do sistema financeiro nacional, expressão institucional do melhor dos valores cabo-verdianos. A CAIXA é hoje, também, um projecto de envergadura que afirma a capacidade e competência dos cabo-verdianos e que, nessa medida, se identifica com a singular história de sucesso que tem sido a construção do País.

Para a CAIXA, o tempo a seguir é, tal como o tempo a seguir de Cabo Verde: o do desenvolvimento, do crescimento e da projecção internacional.

E é por tudo isso que, como nenhuma outra instituição de crédito, a CAIXA combina com Cabo Verde e com os Cabo-verdianos.

2. Síntese da Actividade

Apesar da evolução da actividade económica pouco favorável, em virtude do elevado grau de dependência externa da nossa economia, a CAIXA conseguiu melhorar os seus indicadores económicos e prudenciais, em 2013.

Num contexto de forte concorrência, a CAIXA tem apostado na melhoria contínua dos produtos e serviços que oferece para fidelizar os seus clientes, ganhar novos negócios e aproveitar novas oportunidades. Neste âmbito, conseguiu angariar 15.553 novos Clientes, mais 6,36% que em 2012, totalizando em Dezembro de 2013, 259.985 clientes, conferindo uma evolução positiva face 2012 (15.160 novos clientes).

Nesta linha de acção e dando sequência a política de proximidade e melhor servir os clientes, a CAIXA, inaugurou o seu primeiro serviço Private totalizando assim 31 balcões ao nível nacional.

Embora o impacto do contexto internacional persistentemente desfavorável sobre a economia nacional, a CAIXA conseguiu um desempenho positivo ao nível da actividade comparativamente a 2012. Os Depósitos de Clientes e Outras Instituições de Crédito (IC's), excluídos os Títulos e Juros, alcançaram 40.691.755 mil escudos, 5.725.522 mil escudos acima do montante registado em 2012, ou seja, 34,1% superior ao crescimento conseguido em 2012. O Crédito Bruto a Clientes, exceptuando os Títulos, Juros e despesas vencidas, também registou uma evolução positiva ao atingir os 27.926.120 mil escudos, em Dezembro de 2013, ilustrando um aumento de 1,28% (352.101 mil escudos) e, consequentemente superando a evolução de 2012 em cerca de 126,6% (tinha decrescido 1.325.426 mil escudos, i.e, -4,59%).

O Activo Líquido totalizou 50.659.596 mil escudos em Dezembro de 2013, evidenciando um crescimento de 12,62% (5.678.794 mil escudos), face à igual data do ano anterior, explicado essencialmente pelas Disponibilidades em Bancos Centrais e Caixa, Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito e Crédito Líquido à Clientes, que aumentaram 99,96% (2.845.223 mil escudos), 20,3% (1.265.070 mil escudos) e 4,2% (1.357.282 mil escudos), respectivamente, a última através da carteira de Títulos com mais 1.086.835 mil escudos. Com excepção dos Activos Intangíveis e Outros Activos, que evidenciaram crescimento menos expressivo, as restantes rubricas do Activo evoluíram em sentido contrário, sendo de destacar os Activos Tangíveis que decrescerem 158.480 mil escudos (6,4%) em virtude sobretudo da amortização da Sede. O Passivo expandiu 5.472.952 mil escudos (13,2%), situando-se nos 46.994.232 mil escudos em Dezembro de 2013. Esta variação deveu-se, essencialmente, aos Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, que aumentaram 5.698.636 mil escudos (+14,3%). Por sua vez, os Recursos de Instituições de Crédito diminuíram em 23,46% (289.102 mil escudos).

O Resultado Líquido do Exercício, que, em Dezembro de 2012, tinha registado 118.664 mil escudos, atingiu em Dezembro de 2013 os 205.842 mil escudos, evidenciando um acréscimo de 73,47% (87.178 mil escudos). Consequentemente, a Rendibilidade dos Activos (ROA), indicador da eficácia da instituição, passou de 0,27%, em 2012, para 0,43%, em 2013.

Igualmente, a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) melhorou comparativamente ao ano anterior, passando de 3,39% para 5,78%.

A CAIXA, desde o aumento do seu capital social, em Dezembro de 2009, mantém estável o nível dos rácios prudenciais, sendo de destacar o Rácio de Solvabilidade, que registou em Dezembro de 2013 os 14,29%, quando o mínimo estabelecido é 10%. Por sua vez, o Limite de Concentração de Riscos alcançou 888.962 mil escudos, reflectindo a melhoria dos Fundos Próprios.

No que concerne à cobertura dos Créditos Vencidos por Imparidade, a mesma foi reforçada, comparativamente ao período homólogo, tendo evoluído de 49,68%, em Dezembro de 2012, para os 51,07%, em Dezembro de 2013.

A qualidade da carteira de crédito medida pelo rácio de Crédito Vencido sobre o Crédito Total degradou ligeiramente em relação ao período homólogo, ao passar de 17,11% para 17,30%, em 2013. Igualmente, se analisarmos o Indicador de Qualidade de Crédito em Incumprimento (crédito em incumprimento/crédito total), em conformidade com a Circular Série "A" nº150/DSE/2009, do BCV, constata-se uma degradação do indicador, passando de 6,35%, em 2012, para 7,21%, em 2013.

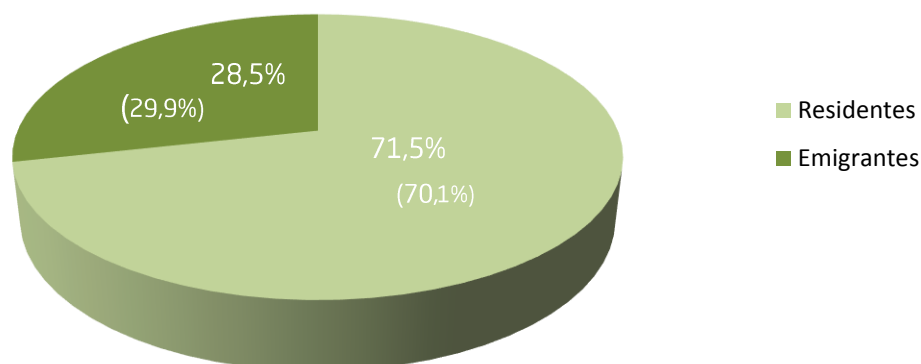
3. Actividade Bancária

3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais (Depósitos de Clientes, Instituições Financeiras e Títulos), que em 2012 acumularam os 39.431.963mil escudos, registaram um acréscimo de 5.705.522 mil escudos (14,5%), alcançando um total de 45.137.485 mil escudos, em 2013.

Do total registado em 2013, o Depósito dos Residentes deteve um peso de 71,5% e o dos Emigrantes, 28,5%.

Gráfico I – Depósitos Emigrantes e Residentes 2013



Os valores entre parênteses referem-se ao ano de 2012

Os Depósitos de Residentes, incluindo os Títulos, que em 2012 somavam 27.650.899 mil escudos, atingiram, em 2013, os 32.278.081 mil escudos, apresentando um crescimento de 4.627.182 mil escudos (16,7%). Aqui, há que destacar o decréscimo ocorrido nos Bilhetes de Tesouro, no valor de 20.000 mil escudos (-0,4%), tendo passado de 4.465.730 mil escudos, em 2012, para 4.445.730 mil escudos em 2013. No entanto, tal decréscimo foi compensado pelo acréscimo ocorrido no Depósito à Ordem, no valor de 3.897.873 mil escudos (31,8%), passando de 12.239.348 mil escudos em 2012, para 16.137.221 mil escudos em 2013. Os Depósitos a Prazo, por seu lado, registaram um acréscimo de 749.309 mil escudos (6,8%), passando de 10.945.821 mil escudos, em 2012, para 11.695.130 mil escudos em 2013.

Os Depósitos de Emigrantes assinalaram um incremento de 1.078.342 mil escudos (9,2%) relativamente a 2012, tendo passado de 11.781.064 mil escudos para 12.859.406 mil escudos. Esse crescimento reflecte, em certa medida, a estratégia que a CAIXA tem vindo a desenvolver com o intuito de se aproximar mais dos emigrantes, nomeadamente, mediante a realização de encontros com a diáspora cabo-verdiana nos países de acolhimento. Pois, embora as remessas de emigrantes tenham revelado um abrandamento em consequência da situação económica dos principais países de acolhimento, a CAIXA registou uma evolução

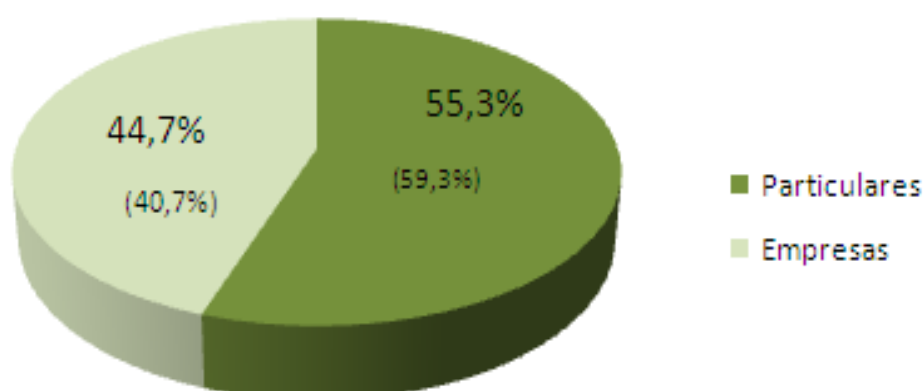
favorável em 2013 (9,2%) comparativamente a 2012 (7,2%). Neste segmento, os Depósitos a Prazo revelaram um incremento de 9,8% (994.105 mil escudos), enquanto os Depósitos à Ordem aumentaram 6,3% (134.238 mil escudos).

Quadro VI - Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (mil cve)

Designação	31-dez-12		31-dez-13		Crescimento 2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Residentes	27.650.899	70,1%	32.278.081	71,5%	4.627.182	16,7%
Depósito à Ordem	12.239.348	44,3%	16.137.221	50,0%	3.897.873	31,8%
Depósito a Prazo	10.945.821	39,6%	11.695.130	36,2%	749.309	6,8%
Bilhetes Tesouro	4.465.730	16,2%	4.445.730	13,77%	-20.000	-0,4%
Emigrantes	11.781.064	29,9%	12.859.406	28,5%	1.078.342	9,2%
Depósito à Ordem	2.126.810	18,1%	2.261.047	17,6%	134.238	6,3%
Depósito a Prazo	9.654.254	81,9%	10.598.358	82,4%	944.105	9,8%
Depósitos Totais	39.431.963	100,0%	45.137.485	100,0%	5.705.524	14,5%

Dissecando os Depósitos por segmento de clientes, constatamos que os Particulares continuam a deter maior peso no Depósito Total (55,3%), apesar de inferior ao que detinha em 2012 (59,3%). As Empresas, em contrapartida, verificaram um importante acréscimo na sua quota-parte, passando de 40,7% para 44,7% do total.

Gráfico II - Depósitos por tipo de Cliente - 2013



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2012

Os Depósitos dos Particulares passaram de 23.372.510 contos, em 2012, para 24.978.398 mil escudos, em 2013, exibindo um crescimento de 1.605.888 mil escudos (6,87%). Os Depósitos das Empresas, por seu lado, verificaram um aumento relevante, tendo passado de 16.059.453 mil escudos, em 2012, para 20.159.089 mil escudos (+25,53%), em 2013, claramente explicado pelo esforço empreendido, na captação de recursos, junto as Empresas.

Quadro VII - Depósitos das Empresas e dos Particulares (mil cve)

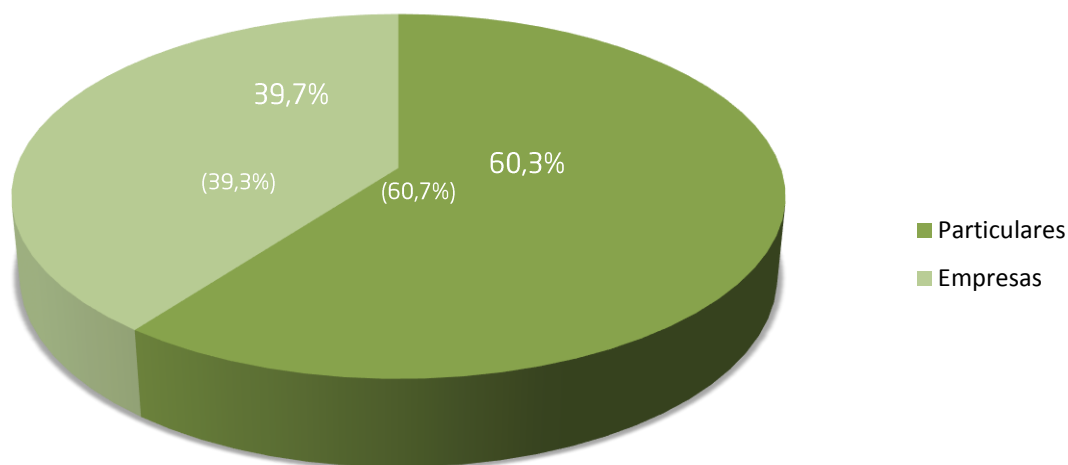
Depósitos	31-dez-12		31-dez-13		Crescimento 2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	23.372.510	59,3%	24.978.398	55,3%	1.605.888	6,87%
Empresas	16.059.453	40,7%	20.159.089	44,7%	4.099.636	25,53%
Total	39.431.963	100,0%	45.137.485	100,0%	5.705.523	14,47%

3.2. Créditos

No que respeita ao Crédito, conforme referido anteriormente, a carteira da CAIXA evidenciou um ligeiro aumento em 2013. O Crédito Bruto, incluindo os Títulos Empresas e excluindo os Títulos do Tesouro, as despesas de crédito vencido e juros, que em 2012 tinha registado o total de 28.936.930 mil escudos, atingiu 29.305.968 mil escudos em 2013, exibindo um acréscimo de 1,28% (369.037 mil escudos).

O Crédito às Empresas, incluindo as Obrigações das Empresas, representou em 2013 39,7% da Carteira de Crédito, contra 39,3% verificado em 2012, e o Crédito a Particulares representou 60,3% do total, apesar de em 2012 ter representado 60,7%.

Gráfico III – Crédito a Empresas e Particulares – 2013



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2012

O Crédito às Empresas aumentou 2,20% (249.881 mil escudos), passando de 11.378.621 mil escudos em 2012, para 11.628.502 mil escudos em 2013. Tal aumento justifica-se pelo crescimento de 3,75% (333.164 mil escudos) ocorrido no Crédito ao Investimento. O Crédito à Tesouraria contraiu 3,35%, equivalente a 83.283 mil escudos.

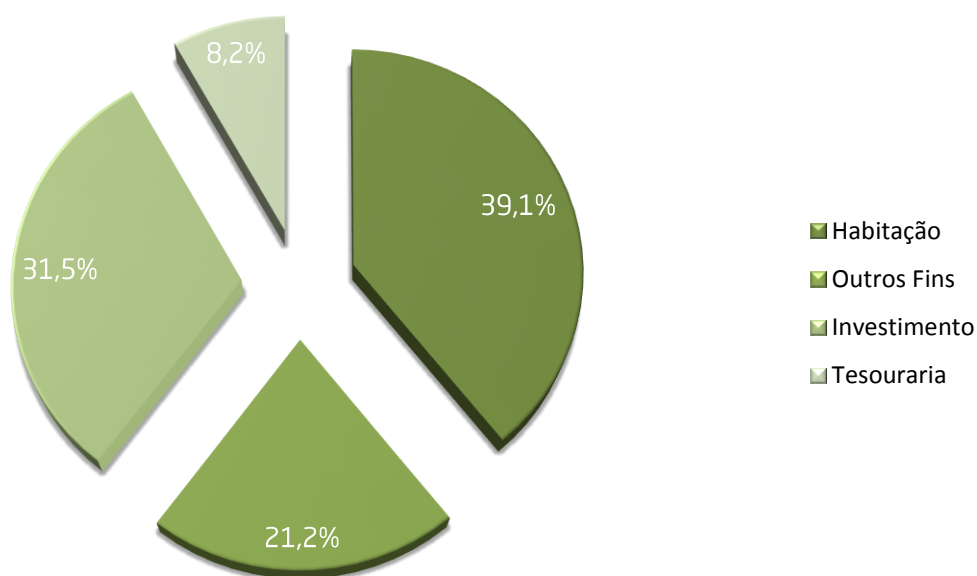
No que concerne ao Crédito a Particulares, manteve-se estável registando um ligeiro acréscimo de 0,68% (119.156 mil escudos). Passou de 17.558.309 mil escudos em 2012, para 17.677.466 mil escudos em 2013. No entanto, contrariamente ao Crédito Habitação que cresceu 3,78% (417.771 mil escudos), atingindo os 11.466.980 mil escudos, o Crédito para Outros Fins observou uma retracção de 4,59% (-298.615 mil escudos), ficando pelos 6.210.486 mil escudos.

Quadro VIII - Crédito das Empresas e dos Particulares (mil cve)

Créditos	31-dez-12		31-dez-13		Crescimento 2013		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Particulares	17.558.309	60,7%	17.677.466	60,3%	119.156	0,68%	32,3%
Habitação	11.049.209	38,2%	11.466.980	39,1%	417.771	3,78%	113,2%
Outros Fins	6.509.101	22,5%	6.210.486	21,2%	298.615	-4,59%	-80,9%
Empresas	11.378.621	39,3%	11.628.502	39,7%	249.881	2,20%	67,7%
Investimento	8.889.409	30,7%	9.222.573	31,5%	333.164	3,75%	90,3%
Tesouraria	2.489.213	8,6%	2.405.930	8,2%	-83.283	-3,35%	-22,6%
Total Créditos	28.936.930	100,0%	29.305.968	100,0%	369.037	1,28%	100,0%

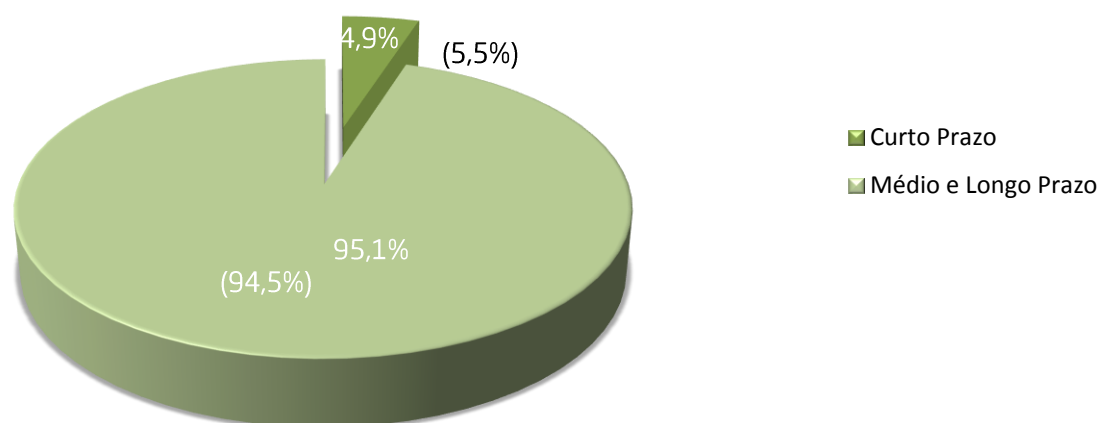
O Crédito à Habitação continua a deter o maior peso na carteira de crédito da CAIXA em 2013, com 39,1%, posicionando-se um pouco acima do nível do verificado em 2012, que foi de 38,2%. Segue-se o Crédito ao Investimento, com uma quota de 31,5%, contra os 30,7% detidos em 2012. O Crédito para Outros Fins diminuiu o peso na carteira, passando de 22,5%, contra os 21,2% detidos em 2013. O Crédito à Tesouraria, também, representou 8,2%, contra os 8,6% registados em 2012.

Gráfico IV - Crédito por finalidade - 2013



Abarcando a análise à distribuição do crédito em situação normal por maturidade, constatamos que o crédito de médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) representou 95,1% do total, em 2013, contra os 94,5% detidos no final de 2012, enquanto o crédito normal de curto prazo passou de 5,5% do total, em 2012, para 4,9%, em 2013.

Gráfico V - Crédito Normal por Prazo



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2012

Em Dezembro de 2013, o Crédito de Curto Prazo acumulou 1.210.298 mil escudos, demonstrando um decréscimo de 131.285 mil escudos (9,79%) relativamente a Dezembro de 2012, onde tinha totalizado 1.341.583 contos. Por sua vez, o Crédito de Médio e Longo Prazo alcançou, em 2013, 23.263.396 mil escudos, evidenciando um acréscimo de 387.174 mil escudos (1,69%) comparativamente a Dezembro de 2012, onde tinha registado os 22.876.221 mil escudos.

3.3. Crédito e Juros Vencidos

Em Dezembro de 2013, o valor do Crédito e Juros Vencidos (sem Despesas de Crédito Vencido) registou 4.832.274 mil escudos, contra os 4.719.126 contos de 2012, i.e., um acréscimo de 2,4%, justificado pelo aumento de 4,25% no segmento empresas e de 1,18% no segmento particulares.

O segmento de particulares registou um rácio de crédito vencido de 16,30%, enquanto o segmento das empresas alcançou um rácio de 19,04%, se na carteira total excluirmos os Títulos Empresas, contando com os Títulos o rácio desce para 16,78%.

O rácio de malparado ou de crédito vencido (Crédito Vencido/Crédito Total, excluídos os títulos) passou de 17,11%, em Dezembro de 2012, para 17,30%, em Dezembro de 2013, reflectindo uma ligeira degradação da carteira. Igualmente, o indicador de avaliação da qualidade da carteira de crédito em incumprimento reflecte o cenário (Crédito em Incumprimento/Crédito Total), ao passar de 6,35%, em 2012, para 7,21% em Dezembro de 2013.

O rácio de Imparidade para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos registou um reforço de 1,39 pontos percentuais, tendo passado de 49,68% para 51,07%.

3.4. Actividades Financeiras

A gestão financeira no ano 2013, foi desenvolvida, dentro dos parâmetros definidos pela Administração da instituição, num contexto marcado pelo excesso de liquidez no sistema, reflexo da diminuição da procura interna com a queda de confiança por parte dos agentes económicos e do aumento dos recursos, pela redução das taxas de remuneração das facilidades permanentes de depósitos de 3,25% para 1,00% e pela utilização do regime de leilões de taxa nos títulos de intervenção do BCV,

Com estes condicionalismos as aplicações centraram-se sobretudo em títulos do tesouro que num ambiente de bastante concorrência levaram a substanciais reduções de taxas de juro.

O Governo de Cabo Verde, no âmbito da reforma financeira do Estado e com vista a ter maior controlo da gestão da dívida pública, passou a custódia dos títulos do tesouro para a Bolsa de Valores e procedeu a admissão à cotação dos títulos do tesouro vivos a data de Maio de 2013. Com a cotação dos títulos do tesouro o mercado de balcão deixou de estar activo. As obrigações colocadas no mercado secundário antes dessa data não serão renovadas.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde tem constituído assim, uma alternativa aos bancos no financiamento da economia sobretudo nos projectos de grande dimensão, tendo registado, em 2013, o lançamento de duas ofertas de distribuição o da Inpharma e o da IFH.

Considerando a cotação dos títulos do tesouro emitidos ao longo de 2013 a capitalização bolsista em 31 de Dezembro 2013 era a seguinte:

	ANO 2012	ANO 2013
Segmento Accionista	7.009.195,3	7.432.340,8
Segmento Ob. <i>Corporate</i>	13.181.946,4	12.514.528,8
Segmento Títulos Tesouro	8.020.000,00	35.249.625,0
	28.211.141,8	55.196.494,6

Fonte: BVC valores em contos

O mercado primário do segmento accionista continua pouco activo enquanto o segmento obrigacionista registou em 2013, para além das emissões dos títulos do tesouro, a da Inpharma no montante de 120.000.000\$00.

Relativamente ao mercado secundário durante o ano 2013, registou-se 55 operações no montante total de 105.930 mil escudos contra 65 operações em 2012 para um montante de 357.863 mil escudos.

De ressaltar que, não obstante os custos com a intermediação de bolsa, este serviço tem constituído um excelente veículo de fidelização de clientes.

A gestão da liquidez tem sido feita na conjugação das oportunidades quer do mercado doméstico quer do internacional. Os objectivos continuam sendo a manutenção da capacidade da CAIXA em obter fundos e fazer aplicações em melhores condições, solver os seus compromissos e manter controlados os riscos associados, condições imprescindíveis para a consolidação da situação financeira da instituição.

Para a materialização da gestão da liquidez continuou-se a fazer uso dos instrumentos do Mercado Monetário Interbancário como as permutas, cedências e tomadas de fundos com outras instituições, e dos do Mercado de Operações de Intervenção caso dos títulos de Regularização Monetária e Títulos de Intervenção Monetária.

A CAIXA apresenta uma situação confortável de liquidez com os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos a crescerem 14,3% face a Dezembro de 2012 enquanto a carteira de Crédito Líquido aumentou 4,2%. Em consequência, registou-se uma melhoria no rácio de transformação de Recursos de Clientes em Créditos de 92,3%, em Dezembro 2012, para 79,8%, em 2013.

Resultante desta situação de liquidez houve, durante o exercício 2013, uma participação mais activa nos mercados.

O Coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa manteve-se nos 18% durante todo o exercício 2013. A CAIXA acompanhou a evolução da base de incidência e procedeu sempre que possível a aplicações dos excedentes das reservas mínimas de caixa.

Para o resultado da CAIXA contribuíram os juros dos Depósitos Overnigth no montante de 23.734 mil escudos, em 2013, contra 1.656 mil escudos registados em 2012.

A CAIXA também teve uma participação muito activa nas operações do mercado aberto nomeadamente, em aplicações nos Títulos de Regulação Monetária (TRM) e nos Títulos de Intervenção Monetário (TIM).

A taxa de juro dos TRM manteve-se fixa em 5,75 % até finais de Abril, data a partir da qual passou a variável e o último leilão, com maturidade de 14 dias, teve uma taxa média de 0,5744%.

No que respeita aos TIM, com maturidade entre 30 e 90 dias, as taxas mantiveram-se variáveis mas teve uma tendência decrescente passando de 5,375% no início de ano para 0,6458% no final do ano.

As emissões de TRM em 2013 ascenderam os 7.700 milhões de escudos contra 12.861 milhões de escudos emitidos em 2012. As emissões dos TIM, por sua vez, ascenderam a 5.700 milhões de escudos.

A CAIXA participou em todos os leilões de TRM em 2013, tendo arrecadado juros no montante aproximado de 3.342 mil escudos, contra 499 mil escudos conseguidos em 2012. Por sua vez, as aplicações em TIM renderam a CAIXA, em 2013, um total de 9.392 mil escudos.

Tendo em conta a elevada liquidez verificada ao longo do ano 2013 a CAIXA não teve necessidade de recorrer ao Mercado Monetário Interbancário (MMI).

4. Outras Actividades

4.1. Recursos Humanos

Na mesma linha do Plano Estratégico anterior, a CAIXA ambiciona ser “o Banco de referência” no mercado nacional, criar valor para todas as partes interessadas (Accionistas, Clientes, Colaboradores, Sociedade em geral), com foco nos Clientes (internos e externos). Neste contexto, pautou a sua acção tendo em vista, a uma equipa de Colaboradores competentes e motivados, promovendo a sua valorização contínua, desenvolvendo e mantendo a satisfação e qualidade de vida no trabalho, adequação dos sistemas de avaliação, reconhecimento e recompensa.

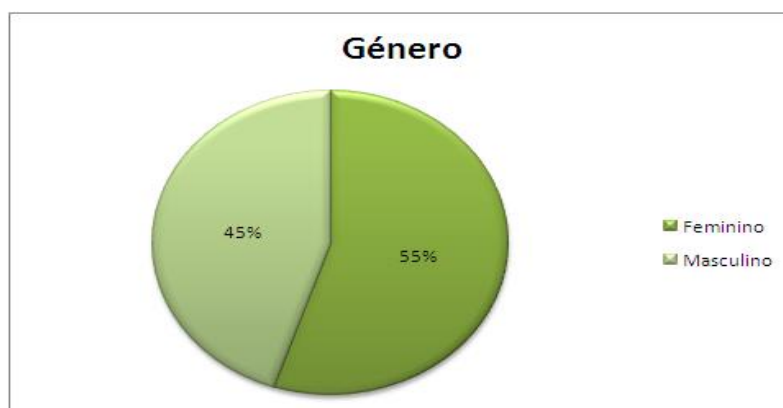
Pois, é consensual que os Colaboradores são fundamentais para a criação de valor. Neste contexto, procuramos ao longo de 2013 a adopção de melhores práticas na atracção e retenção de talentos proporcionado um plano de formação, possibilidades de mobilidade interna e evolução na carreira.

4.1.1. Caracterização dos efectivos

A CAIXA, concluiu o ano de 2013 com um quadro de pessoal que integrava 319 Colaboradores dos quais 84% (269) eram quadros da instituição, 13% (41) em regime de contrato a prazo e 3% (9) encontravam-se em situação de licença sem vencimento.

Em 2013, foram integrados no quadro do pessoal da CAIXA trinta e quatro (34) Colaboradores, mais 25 em relação aos integrados em 2012.

Do total de efectivos, 55% era composto por mulheres, que continuaram a ser maioria. Das 176 Colaboradoras do género feminino, 63% estão afectas à área Comercial.

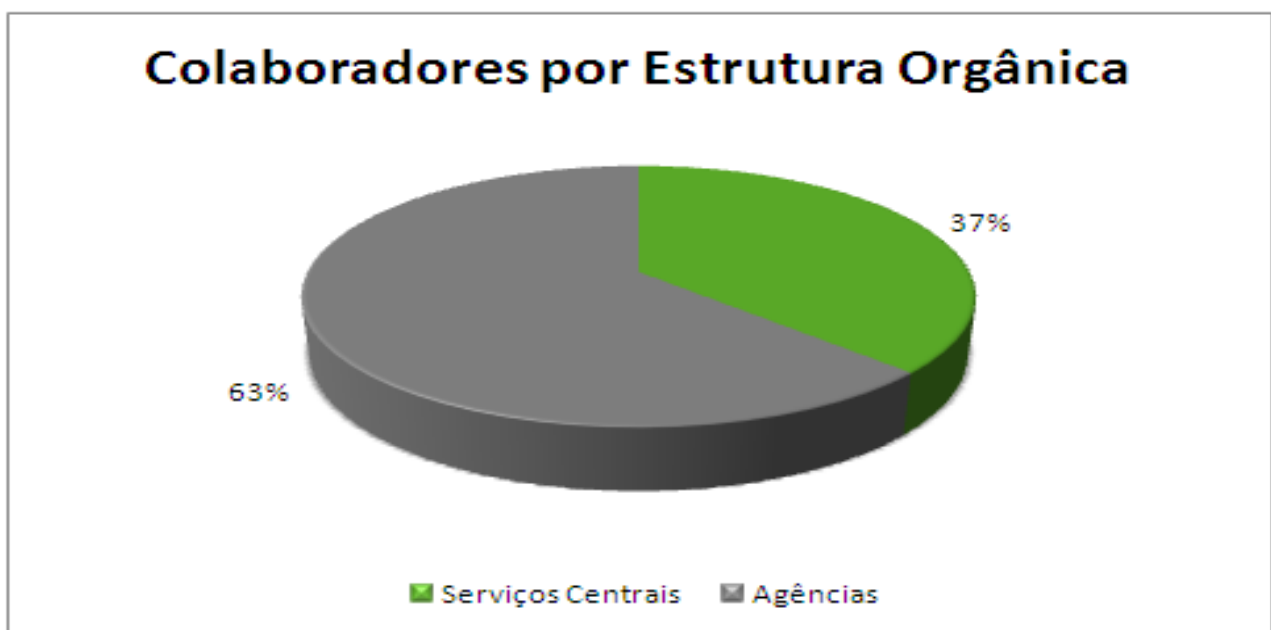


A idade média dos Colaboradores situou-se nos 38 anos, o que reflecte um efectivo ainda relativamente jovem, mas com alguma experiência acumulada o que garante alguma estabilidade.

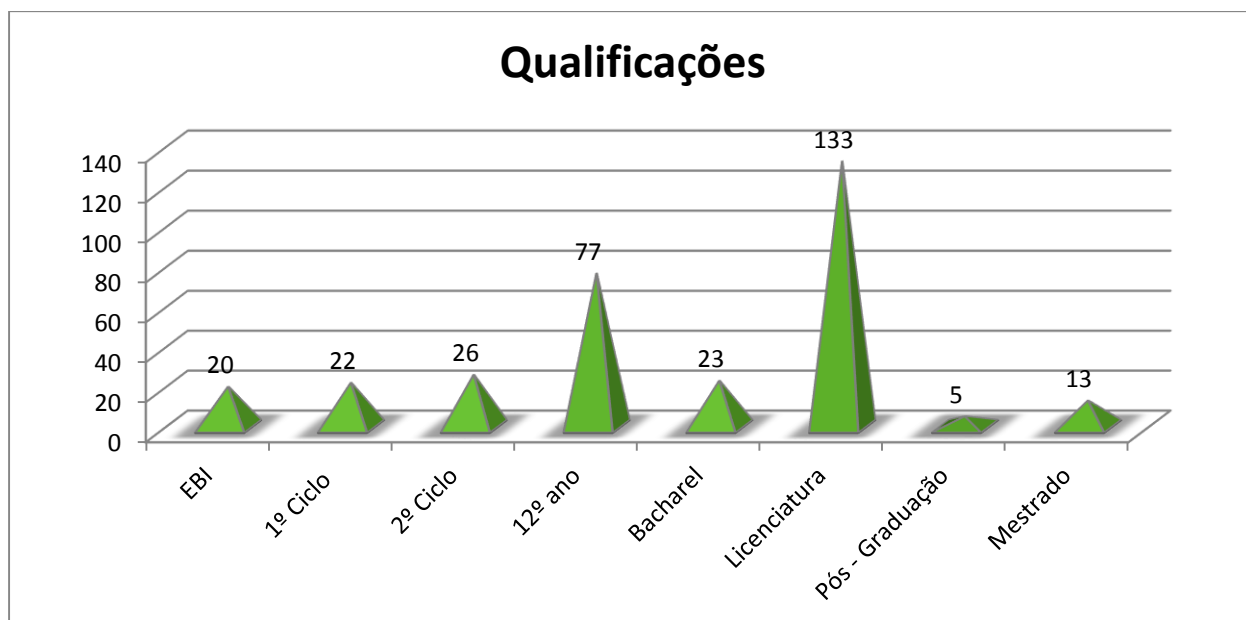
A equipa de liderança era constituída por um total de 57 Colaboradores, dos quais 46% (26) eram mulheres:



Em termos de afectação dos recursos, á semelhança de 2012, a área comercial se destaca absorvendo 63% do total de efectivos.



A nível das qualificações, registamos um índice de tecnicidade (que mede o numero de Técnicos superiores em relação ao total de colaboradores) de 54% o que revela o compromisso com a estratégia de valorização das pessoas traduzido na forte aposta da CAIXA no apoio a formação dos seus quadros, permitindo assim um potencial de evolução na carreira.



4.1.2. Formação e desenvolvimento

No tocante a formação, prosseguimos com desenvolvimento e gestão de competências consideradas essenciais para a valorização das pessoas e obtenção dos resultados.

Como habitual, os programas foram concebidos em alinhamento com as prioridades estratégicas procurando dotar a CAIXA de profissionais competentes e motivados.

Diversas acções foram realizadas ao longo de 2013, algumas por entidades externas, outras realizadas por formadores internos conforme os quadros seguintes:

Quadro IX - Formação No Estrangeiro

Formações no Estrangeiro	Nº Participantes
Conferência BPM - Lisbon 13	1
Auditoria Interna Bancaria	2
Seminário W.U.	1

Quadro X - Formação Interna

Formações Internas	Nº Participantes
AML/CFT (Compliance)	69
Acolhimento e integração	16
Formação de Back Office	3
Kanalo	1
Sensibilização para qualidade	78
Formação W.U.	37
Workshop " O NC na Instrução do Processo de Crédito"	80

Quadro XI - Formação Externa

Formações Externas no País	Nº Participantes
Qualificação de auditores internos de qualidade e Gestão por Processos	11
Direito Trabalho	4
Comunicação Institucional	8
Emissão de Valores Mobiliários e ofertas públicas em tempos de crise	2
Inglês para Bancários	10
Seminário sobre Governança Interna e Funções de Controlo	3
Seminário "Reforçar a protecção dos Investidores e Melhorar a Integração do Mercado através de Iniciativas Regulamentares e de Harmonização"	3
Seminário "International Financial Reporting Standards"	3
Seminário "Gestão de Risco e Liquidez"	2
Liderança e Gestão de Desenvolvimento	1
Seminário "AML-CFT"	1
1ºs Socorros	17
Swift (PYMTS/COLL/LCE e novas funcionalidades)	2

Volume de Formação

Em 2012 foram realizados 19 acções de formação, abrangendo um universo de 314 colaboradores, e perfazendo um volume de formação de 20.612,50 horas.

De Janeiro a Dezembro de 2013 foram realizados 26 acções de formação, abrangendo um universo de 355 Colaboradores (sendo que alguns Colaboradores receberam mais de que uma acção de formação), correspondendo a um volume de formação de 3.901 horas.

4.1.3. Mobilidade de pessoal

Ao longo de 2013, foram admitidos 19 Colaboradores, no total, dos quais 47%, técnicos superiores para a área comercial. Foram integrados no quadro de pessoal 34 colaboradores, após um período de acompanhamento e avaliação. Ao abrigo do Regulamento Interno em vigor, 4 colaboradores entraram de licença sem vencimento. Registaram 2 saídas, sendo 1 despedimento por justa causa e outra, 1 Técnico Administrativo, por rescisão unilateral a pedido do colaborador por ter atingido o limite máximo do prazo de licença. E ainda, a CAIXA deixou de contar com 1 Técnico Administrativo que atingiu idade de reforma.

4.1.4. Benefícios Sociais

A promoção do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal tem sido uma das preocupações ao nível da gestão das pessoas na CAIXA. Para promover o bem-estar dos trabalhadores a CAIXA disponibiliza um conjunto de benefícios, nomeadamente financiamento a habitação própria, ao consumo e necessidades especiais, subsídios para estudos tanto do trabalhador como dos filhos.

4.2. Gestão de Riscos

A CAIXA, no âmbito da sua actividade, está sujeita a diferentes tipos de riscos, tais como, risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, pelo que cabe à gestão de risco a sua identificação e análise da exposição, bem como, adopção de estratégias de controlo, dentro dos parâmetros previamente estabelecidos.

Nos últimos três anos, com o enfraquecimento da actividade económica e o aumento do desemprego, os níveis de incumprimento cresceram consideravelmente. Em consequência, o aumento das imparidades e das exigências, por parte do Banco Central foi um imperativo.

A actividade de 2013 desenvolveu-se ainda num contexto externo de evolução desfavorável afectando sobretudo a posição financeira do sector privado e agravando, consequentemente, os riscos à estabilidade financeira, aumentando a probabilidade de materialização do risco de crédito.

Com estagnação da carteira de crédito a clientes, enquanto os depósitos de clientes - principal fonte de financiamento - registaram uma evolução positiva, resultaram na redução do rácio crédito/depósitos, traduzindo-se num expressivo aumento da liquidez do sistema bancário.

Neste cenário, mensalmente, a CAIXA procede à avaliação das imparidades, do qual resulta um relatório das análises e conclusões efectuadas. A identificação dos indícios de imparidade é feita numa base individual, quando a exposição é individualmente significativa, e numa base colectiva, quando a exposição não é individualmente relevante. As conclusões das análises resultaram na melhoria do rácio de cobertura do crédito vencido ao regista 51,07% em Dezembro de 2013, contra 49,68% em 2012, com a ligeira degradação da carteira de crédito, medida quer através do rácio Crédito Vencido/Crédito Total, quer pelo Indicador de Qualidade de Crédito (Circular Série "A" nº150/DSE/2009). Ao contrário da evolução dos indicadores acima referidos, o crédito em risco (calculado segundo a Circular Série A nº 166 de 2012.11.02), evidenciou uma ligeira melhoria quando comparado a Dezembro de 2012 (passou de 11,3%, em Dezembro 2012, para 10,6%, em Dezembro 2013).

Ao nível dos riscos de Liquidez e Taxa de Juro, cujos regulamentos foram aprovados pelo BCV em 2011, entretanto, reajustado em 2012, a CAIXA tem cumprido as exigências mediante o desenvolvimento de uma solução informática, onde conseguiu disponibilizar a informação rigorosa, detalhada, permanente e tempestiva sobre os níveis de Liquidez e Taxa de Juro. A informação produzida e disponibilizada permite-nos concluir que a CAIXA terminou o exercício económico com uma situação confortável em termos de liquidez.

Relativamente ao Risco Cambial a CAIXA tem optado por manter as posições cobertas evitando todo e qualquer acção especulativa. Como é evidente ao incorrer em menos risco

reduz-se a possibilidade de aumentar resultado. No entanto, tem adoptado uma política de taxas de câmbios mais atractivas para potenciar o negócio cambial.

No campo operacional, ainda que tímidos, alguns passos têm sido dados com vista ao seu acautelamento, como sejam, durante o ano 2013 foi elaborado e aprovado Manual de Segurança, o Plano de Segurança, o Plano de Emergências e Evacuações. A segurança dos arquivos continua sendo uma preocupação, pelo que iniciou-se o processo de implementação de segurança electrónica no arquivo de São Vicente.

A boa gestão do risco Compliance, nas suas diversas vertentes, tem sido também uma das prioridades da CAIXA, prova disso é a implementação, em 2012, de uma solução para gestão de lavagem de capitais. Para maior controlo na Luta Contra Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, a partir de Julho de 2013, a parceria entre a Unidade de Informação Financeira (UIF) e as Instituições Financeiras foi reforçada, com a prática de encontros trimestrais.

4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos

2013 foi considerado um ano de consolidação de muitos dos Projectos iniciados em anos anteriores, com enfase na implementação das recomendações da Auditoria de Segurança dos sistemas de Informação. Pois, na sequência da Certificação segundo a norma ISO/IEC 27001:2005, a CAIXA, em 2013, foi sujeita a primeira auditoria de acompanhamento estando em conformidade com os requisitos do sistema de gestão padrão internacional.

Outra realização de grande envergadura materializada em 2013 foi o projecto Credibox com fase piloto em algumas agências da Praia.

Foram desenvolvidas aplicações complementares a Aplicação Banka para dar resposta as necessidades do banco, com destaque para o Crédito Bolsa Empréstimo, Gestão de Alertas e Crédito Reestruturado, este último também para responder a exigências do BCV. Por sua vez, o Projecto Visa Electron com o Módulo de Cartões e Gestão das Autorizações implementada em 2012, continuou em experimentação, aguardando a sua implementação em definitivo.

O projecto Sistema de Compensação de Cheque – Subsistema Interbancária de Transmissão de Imagem de Cheques, cujo principais objectivos é a supressão da troca física de cheques e

documentos afins, com ganhos operacionais no que tange à redução do prazo de acesso as imagens de cheques, teve o seu início, em Dezembro, com instalação do módulo DI - Document & Imaging Management. A sua entrada em produção em fase piloto está prevista para Março/Abril de 2014.

Ainda com objectivo de melhor servir os clientes, reduzindo o tempo de espera, a CAIXA substituiu todos os PC's de front office.

4.4. Organização e Qualidade

Enquadrado na visão estratégica de transformar a CAIXA no melhor banco universal de Cabo Verde, 2013 foi marcado pela consolidação, dos vários projectos implementados com sucesso em 2012.

No âmbito da Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade segundo a ISO 9001-2008, que traduziu numa abordagem diferente do Sistema de Gestão, com ganhos evidentes em relação à implementação do princípio de melhoria contínua, gestão por processos, focalização no cliente, entre outros, em 2013, a CAIXA foi sujeita a primeira auditoria de acompanhamento, realizada pela entidade certificadora, e que conduziu a sua renovação. Foram realizadas duas auditorias internas ao sistema, sendo a primeira logo após a formação de capacitação dos colaboradores da CAIXA para auditorias da Qualidade, com apoio da empresa consultora, e a segunda sob exclusiva responsabilidade do Gabinete de Auditoria Interna, integrando elementos do Gabinete de Organização Estudos e Projectos.

Na sequência, para cada não conformidade identificada foram evidenciados o processo e o correspondente requisito da Norma ISO 9001 em causa, bem como as recomendações sugeridas no sentido de as atenuar. Como oportunidades de melhoria evidenciaram-se, entre outras, a necessidade de rever os indicadores por forma a reflectirem melhor o desempenho das áreas em questão.

Da análise efectuada é possível concluir que o Sistema de Gestão cumpre com o requerido nos documentos de referência sendo no entanto necessário analisar e corrigir alguns aspectos referidos nas constatações, de forma a garantir que o sistema terá um desempenho otimizado e está alinhado com a procura da melhoria continua.

Outro requisito de qualidade que mereceu especial atenção foi a documentação dos processos tendo para o efeito formalizado diversos procedimentos através de elaboração, actualização e aprovação de normas.

Igualmente, no seguimento da certificação dos Sistemas de Informação segundo a ISO 27001, foi realizada a primeira auditoria de acompanhamento pela entidade certificadora que conduziu a renovação do certificado. Por falta de recursos humanos a este nível, as auditorias internas foram realizadas com apoio de consultores. Em resultado, destacou-se a necessidade de implementar alguns controlos, na sua maioria associadas a procedimentos não definidos formalmente. O Gabinete de Segurança acompanhou os projectos para solução dos “findings”, dos registos e tratamento de incidentes de segurança.

Por sua vez, a entrada em produção do Sistema Argus para gestão de AML (Lavagem de Capitais), em Novembro de 2012, facilitou grandemente a integração entre as comunicações externas e os processos internos gerados pelo AML, ao longo do exercício de 2013, sendo possível de forma célere detectar se uma entidade objecto de processo externo tem processos internos associados, permitindo assim cumprir as normas existentes.

4.5.Instalações

Com a conclusão e inauguração da Nova Sede Nacional da CAIXA, em Novembro de 2012, face as condições que oferece, o Auditório tem sido muito solicitado para realização de diversos eventos com elevada satisfação não só das organizações como dos participantes dos eventos.

A CAIXA prosseguiu em 2013 com a sua política de proximidade e melhoria da satisfação dos clientes, com as obras de construção do edifício Agência da Brava a caminhar em bom ritmo, estando a conclusão prevista para Junho 2014.

O serviço Private Banking foi instalado na Praia, com garantia de prestar os clientes particulares do segmento um atendimento personalizado.

Ainda, no âmbito de implementação do “Projecto Uma Só Caixa” procedeu-se a elaboração dos projectos de remodelação de algumas agências.

No quadro da certificação segundo a ISO 9001, a operacionalidade dos edifícios e equipamentos críticos ao negócio constitui um dos requisitos essenciais para a manutenção da mesma, pelo que é garantida através da manutenção preventiva mediante um plano anual previamente elaborado seguido de um relatório do registo das manutenções e avarias.

4.6. Marketing

Com objectivo de fortalecer a imagem da CAIXA e o posicionamento da marca, bem como, satisfazer necessidades dos clientes mediante melhoria dos produtos e serviços prestados, importantes actividades foram realizadas com destaque para a continuação do projecto “Uma só Caixa”, refrescamento das Agências da Achada São Filipe, Palmarejo, Sucupira, São Filipe e Mosteiros, bem como, a inovação /desenvolvimento e lançamento de novos produtos Passivos e Activos.

Mais iniciativas foram preconizadas ao longo de 2013 com intuito de projectar a imagem da CAIXA junto da sociedade, entre as quais evidenciamos eventos sob o formato de patrocínios, feiras, contactos com jornais e TV.

Também, com o objectivo de fortalecer a nova imagem e o posicionamento da marca CAIXA, foram feitas comunicações nos principais meios com projecção nacional e internacional, dos acontecimentos ao nível Institucional que tiveram lugar durante o ano, e continuou-se a utilizar os novos meios e suportes publicitários, nomeadamente, táxis, aeroportos, aviões, etc.

Dado ao actual contexto competitivo, os principais investimentos em inovação foram direccionados para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, com objectivo não só de captação de novos clientes, mas também na fidelização da base actual de clientes, reforçando as funcionalidades e a qualidade dos serviços prestados.

No âmbito da parceria com Western Union, três grandes projectos foram materializados, a Campanha de Páscoa “UEFA Europe Ligue” com atribuição de vários prémios e a possibilidade de assistir a final da liga europa na Holanda na cidade de Amsterdão, a Promoção “Back to School” com a atribuição de brindes aos clientes WU e a “Year Promotion”, em que os seleccionados tiveram oportunidade de ganhar vales de compras e 1 minuto de compras grátis até um determinado montante.

No que toca a notoriedade, estudo realizado pela Afrosondagem sobre as marcas de confiança dos cabo-verdianos, em 2013, revela que, não obstante, o nosso principal concorrente ter sido considerado pela quarta vez consecutiva como a marca de confiança dos cabo-verdianos, com cerca de 50% de preferência, a marca CAIXA seguiu com simpatia de cerca de 38% dos cabo-verdianos.

4.7. Novos Canais Electrónicos

É notória a expansão acentuada destes meios e canais, com maior acuidade para os cartões Vinti4, Pré-pagos e CAIXAnet, daí o empenho da CAIXA no acompanhamento com vista a garantir uma boa capacidade de resposta, qualidade e segurança.

A emissão de cartões Vinti4, conheceu em 2013 um aumento de 9,1% (+2.243 cartões que 2012, quando foram emitidos 24.458 cartões).

A nível das ATM's, registou um ligeiro decréscimo, de 0,75%, no número de transacções nacionais realizadas nas máquinas da CAIXA (de 2.581.085 operações em 2012, passou para 2.562.004 em 2013), com reflexo na quota de mercado da CAIXA, tendo passado de 29,3% em 2012, para 28,11% em 2013. Em termos de montante movimentado também sofreu uma redução 1,3%.

Durante o ano de 2013 não foi instalado nenhum ATM, mantendo as 32 máquinas distribuídas pelas ilhas a excepção da Brava.

Quanto a POS, em Dezembro de 2013, a CAIXA dispunha de 881 máquinas activas, a revelar em termos de operações nelas realizadas um acréscimo de 29,6% (186.334 operações) ao acumular um total de 815.941 transacções ao longo dos meses de 2013, com a quota de mercado a manter nos 17,8%. No que toca aos valores movimentados o crescimento foi de 21,4% (584.919 mil escudos).

Relativamente aos cartões VISA crédito, durante o ano de 2013, a CAIXA emitiu um total de 100 cartões, sendo 73 Visa Classic e 27 Visa Gold, correspondendo a um aumento de 25,9% e 92,9% respectivamente, em relação a 2012. Os cartões Visa Pré-pagos registaram um crescimento de 43,3%, com emissão de 1.761 cartões em 2013.

A CAIXAnet continuou, em 2013, a sua trajectória crescente, ao revelar um crescimento na ordem dos 12,9%, com um registo de 4.228 adesões, em 2013, contra 3.745 conseguidos em 2012. Esta evolução é bom sinal para a Instituição, face à utilidade deste produto para os clientes principalmente Emigrantes, face a restrição do uso do fax e email. Em termos de número de transacções cresceu 10,97%, ao registar 3.425.251 transacções em 2013. Relativamente aos movimentados, o crescimento foi de 7,23%.

4.8. Relações com os Emigrantes

No quadro das orientações estratégicas o segmento Emigrante continua a merecer uma atenção especial da CAIXA privilegiando a proximidade, a oferta de produtos e serviços específicos para o segmento e melhoria da qualidade do atendimento.

A CAIXA participou num encontro de emigrantes, nos EUA, com o lançamento do CD “Passadinha” de Braz Andrade e Júlio Correia.

Em Cabo Verde, a CAIXA realizou e participou em vários encontros com emigrantes em férias e por altura das festas de municípios na Cidade de Tarrafal no dia 12 de Janeiro, na ilha do Fogo, mais concretamente na cidade de São Filipe no dia 28 de Maio com o lançamento do CD “Passadinha” e no concelho de Santa Cruz no dia 28 de Julho.

4.9. Relações Internacionais

No ano 2013 a área Internacional continuou a sua missão de desenvolver e otimizar as relações e negócios com o exterior.

Com o objectivo de cada vez mais e melhor responder as necessidades dos nossos clientes e da comunidade cabo-verdiana, esforços tem vindo a ser feitos no sentido de estreitar e reforçar as relações com os correspondentes nomeadamente no alargamento dos serviços prestados.

Assim, no âmbito da gestão e desenvolvimento da rede de correspondentes e parceiros internacionais, manteve-se contactos permanentes e participou-se em vários encontros com responsáveis de diversos bancos e instituições internacionais.

De realçar ainda que, a CAIXA tem mantido relações estreitas com a *Western Union* cuja parceria remonta há mais de uma década. Está em curso o reforço da implementação do

produto ABMT – *Account Based Money Transfert*, que permite aos clientes realizar operações de envio e recebimento de dinheiro a partir das suas contas bancárias utilizando a rede *Western Union*.

Destaca-se ainda os vários encontros com parceiros e instituições financeiras internacionais importantes para o desenvolvimento do país como o:

- FMI no âmbito das missões de avaliação do desempenho macroeconómico.
- *Standard & Poors* para a determinação do rating do país.

Actualmente os nossos principais correspondentes são:

Currency	Bank&City	SwiftCode
EUR CAD/USD	MONTEPIO GERAL - CAIXA ECONÓMICA, LISBON	MPIO PT PL
EUR	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, LISBON	CGDI PT PL
EUR	BANCO ESPIRITO SANTO, LISBON	BESC PT PL
EUR	BANCO BPI, LISBON	BBPI PT PL
EUR	BNP - PARIBAS, PARIS	BNPA FR PP
EUR	NATIXIS, PARIS	CCBP FR PP
EUR	THE ROYAL BANK OF SCOTLAND, NV (RBS NL) AMSTERDAM	RBOS NL 2A
EUR	INTESA SANPAOLO SPA, MILAN	BCIT IT 33
EUR	COMMERZBANK, FRANKFURT	COBA DE FF
EUR	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO, MADRID	BSCH ES MM
EUR GBP/USD	BANQUE ET CAISSE D'EPARGNE DE L'ETAT, LUXEMBOURG	BCEE LU LL
EUR	BANK OF CHINA LILITED, MACAU	BKCH MO MX
CHF	CREDIT SUISSE, ZURICH	CRES CH ZZ80A
DKK	DEN DANSKE BANKEN, COPENHAGEN	DABA DK KK
SEK	SKANDINAVISKA ENSKILDA BANKEN, STOCKHOLM	ESSE SE SS
EUR	BANCO DO BRASIL - SUCURSAL PORTUGAL	

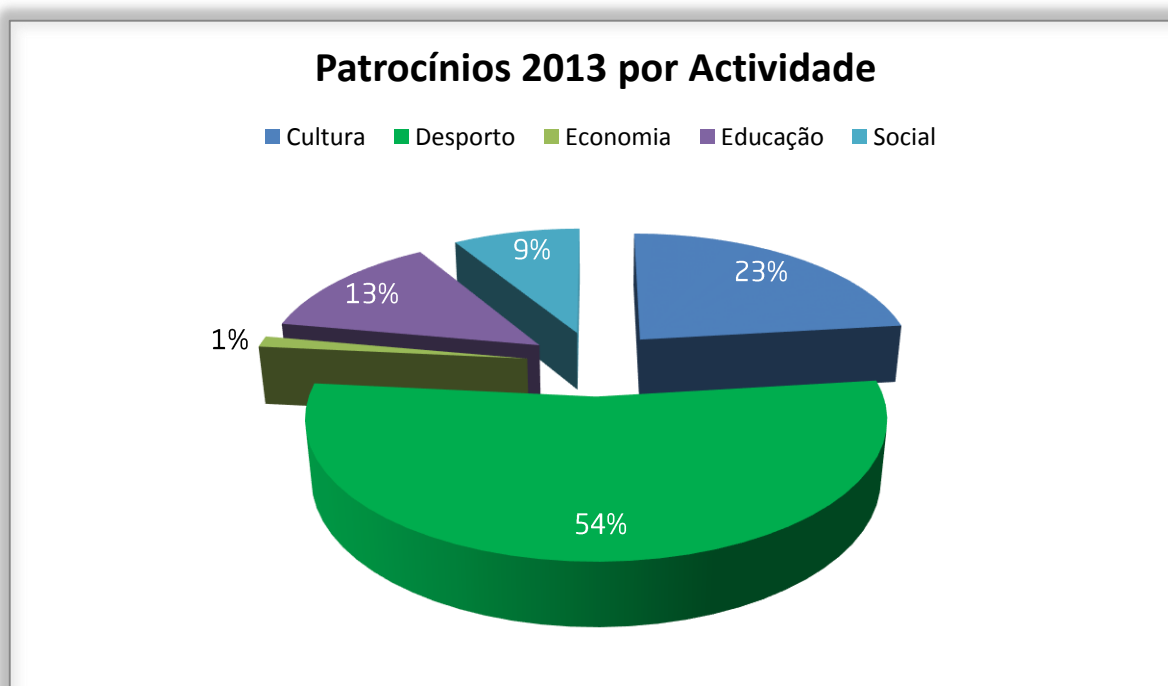
4.10. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social

O posicionamento da CAIXA sempre foi suportado em princípios fundamentais de crescimento e inovação, com vista a uma melhor integração e prosperidade da sociedade em que se insere.

Neste âmbito, a componente responsabilidade social adquire particular relevância. Nos últimos anos, a CAIXA investiu de forma consistente em projectos nesta área de actividade e 2013 não foi excepção.

Seguindo a sua política de Responsabilidade Social, a CAIXA patrocinou e apoiou diversas actividades nas áreas sociais, desportivas, educativas e culturais, sendo que a vertente desportiva coube a maior fatia do orçamento com 54%.

Gráfico IX - Patrocínio 2013 por sector de actividades



Foram patrocinados grandes eventos que fazem parte da agenda cultural do país, nas áreas de Literatura, Teatro e Musica, nomeadamente, Companhia de Teatro Sikinada, Poeta Jose Luis Tavares e CD Passadinha de Braz Andrade e Júlio Correia.

No Desporto, destacamos o patrocínio da AMIBASKET - escola de formação dos jovens em basquetebol, a Associação Regional, o Sporting Clube da Praia para a época desportiva 2012/2013, Associação Regional de Basquete Santiago Sul, New Talents de Ponta d'Água, Associação Judo, etc.

Na área económica, realçamos o patrocínio à embaixada de Cabo Verde em Portugal, para participação na FIL.

No sector da Educação a CAIXA patrocinou a Escola Mira Flores, Escola Palmarejo, FICASE para o pagamento de propinas e transporte escolar de modo a melhorar as condições de educação dos alunos do Ensino Básico e secundário em todos os concelhos do País, UNICV, Finalistas do Liceu L. Lima, etc.

Em termos sociais, a Festa no San Filipe foi beneficiado, como também, O Jornal Terra Nova, Seminário São José e Conferência Maio organizado pelos alunos Universitários daquela Ilha.

Ainda no quadro da política de responsabilidade social a CAIXA disponibilizou o auditório a 15 Instituições, todos com um elevado nível de satisfação por parte das organizações e públicos-alvo dos eventos, pelas condições das instalações.

5. Análise da Rendibilidade

5.1 Resultados do Exercício

A CAIXA, no ano findo, alcançou um Resultado Líquido de 205.842 mil escudos, mais 87.178 mil escudos, que montante conseguido em 2012, o que representa um aumento de 73,47%, explicado, sobretudo, pelo incremento da Margem Financeira, no valor de 100.531 mil escudos (6,06%). Contribuiu, igualmente, para a evolução do resultado da CAIXA o decréscimo do reforço das Provisões e Imparidades do Exercício em cerca de 178.391 mil escudos (-33,02%).

O aumento da Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário com um peso de 89,20%, deveu-se ao incremento de 121.129 mil escudos (4,0%) conseguido nos Juros e Rendimentos Similares, ter absorvido em larga medida o acréscimo de 20.598 mil escudos (1,52%) registado nos Juros e Encargos Similares.

Por sua vez, a Margem Complementar registou evolução negativa na maioria dos seus componentes, sendo de destacar os Rendimentos de Serviços e Comissões Líquidas, que conheceram uma redução de 24.440 mil escudos (-17,9%), tendo passado de 136.855 mil

escudos, em Dezembro de 2012, para 112.415 mil escudos, em Dezembro de 2013, o Resultado Cambial, que em 2012 tinha atingido 83.839 mil escudos, registou em 2013, 73.672 mil escudos evidenciando um decréscimo de 12,1%, especialmente justificado pela forte oscilação do USD, o desfasamento entre as cotações nacionais e as internacionais das principais divisas, a diminuição do negócio interno devido a alterações de estratégias de grandes clientes no negocio cambial. A rubrica Outros Resultados de Exploração, igualmente, contribuiu de forma negativa para a Margem complementar, tendo observado um declínio de 12.204 mil escudos, i.e., menos 36,1%, comparativamente a 2012.

Nesse quadro, o Produto Bancário melhorou apenas 3,1% em relação a 2012, tendo atingido 1.972.448 mil escudos em Dezembro de 2013.

Os Gastos Administrativos (Gastos Gerais Administrativos e Custos Com Pessoal), por sua vez, diminuíram 2,4% (28.134 mil escudos), absorveram 57,0% do Produto Bancário, justificado sobretudo pela redução dos Custos com Pessoal em 4,2% (26.007 mil escudos). Menos significativos os Gastos Gerais Administrativos diminuíram 0,4% (2.127 mil escudos). A rubrica Amortizações do Exercício retractou a amortização da nova sede inaugurada em Dezembro 2012, ao aumentar 91,2% (111.159 mil escudos), justificado essencialmente pela depreciação dos equipamentos.

As Provisões e Imparidades Líquidas do exercício totalizaram 361.810 mil escudos, menos 33,02% que 2012, mas contribuindo para o reforço da Imparidade Acumulada. Em consequência, o Resultado de Exploração atingiu, 252.607 mil escudos, demonstrando um aumento de 154.128 mil escudos (i.e., +156,5%).

Contrariamente, os Resultados em Empresas Associadas contribuíram de forma negativa para o Resultado Líquido ao acumularem, em 2013, um prejuízo de 34.846 mil escudos, mais 22.945 mil escudos (192,8%) que 2012.

Os resultados parcelares (Amortizações, Provisões, Imparidades e Resultados) conduziram a um acréscimo do *Cash Flow* do Exercício na ordem de 19.947 mil escudos, (i.e., +2,55%), fixando-se nos 800.662 mil escudos.

Quadro XVI - Evolução dos Resultados (contos)

RUBRICAS	2012 Valor	2013 Valor	Variação Valor %	
Juros e rendimentos similares	3.011.268	3.132.397	121.129	4,02
Juros e encargos similares	1.352.127	1.372.725	20.598	1,52
Margem Financeira	1.659.141	1.759.672	100.531	6,06
Rendimentos e instrumentos de capital	0	0	0	
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	136.855	112.415	-24.440	-17,86
Resultados em operações financeiras	83.839	73.672	-10.167	-12,13
Resultados de alienação de activos	0	5.042	5.042	100,00
Outros resultados de exploração	33.851	21.647	-12.204	-36,05
Margem Complementar	254.545	212.776	-41.769	-16,41
Produto Bancário	1.913.686	1.972.448	58.762	3,07
Gastos com Pessoal	616.861	590.854	-26.007	-4,22
Gastos Gerais Administrativos	536.295	534.168	-2.127	-0,40
Gastos Administrativos	1.153.156	1.125.022	-28.134	-2,44
Amortizações	121.850	233.009	111.159	91,23
Total Custos Operativos	1.275.006	1.358.031	83.025	6,51
Provisões e Imparidade (liq.)	540.201	361.810	-178.391	-33,02
Resultado de Exploração	98.479	252.607	154.128	156,51
Resultados em Empresas Associadas	-11.901	-34.846	-22.945	192,80
Resultado antes de impostos	86.578	217.761	131.183	151,52
Impostos correntes	0	0	0	0,00
Impostos diferidos	32.086	11.919	44.005	137,15
Imposto sobre lucros	32.086	11.919	44.005	137,15
Resultado Liquido	118.664	205.842	87.178	73,47
- Cash Flow do Exercício	780.715	800.661	19.946	2,55

5.1 Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade reflectem em certa medida a melhoria do desempenho da CAIXA, em 2013.

Assim, a Rendibilidade do Activo (ROA) evoluiu de 0,27%, em 2012, para 0,43%, em 2013, e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE), por sua vez, atingiu os 5,78%, em 2013, após ter registado 3,39, em 2012.

O rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, deteriorou de 66,63% para 68,85%, pelo facto do aumento do Produto Bancário não superar os Custos Operativos, em consequência do expressivo aumento das Amortizações.

A Produtividade dos trabalhadores, medida pelo rácio Produto Bancário/ N° médio de Trabalhadores Activos, registou, igualmente, uma ligeira deterioração, passando de 6.774 mil escudos para 6.542 mil escudos, justificado, pela regularização da situação laboral de alguns trabalhadores, entretanto, integrados no quadro de pessoal da CAIXA.

Quadro XVII - Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2012	2013
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	3,39	5,78
Resultado do Exercício/ Activo Líquido Médio (ROA) (%)	0,27	0,43
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	22,3	22,5
Cash Flow do Exercício/ Activo Líquido Médio (%)	1,8	1,7
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	66,63	68,85
Produto Bancário/ N° Médio de Trabalhadores (contos)	6.774,1	6.542,1
Cash Flow do Exercício/ N° Médio de Trabalhadores (contos)	2.763,6	2.655,6

5.2 Rácios Prudenciais

No que respeita à solidez e à sustentabilidade financeira, a CAIXA tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios acima dos mínimos exigidos.

Os Fundos Próprios da instituição evoluíram de 3.358.911 mil escudos, em 2012, para 3.555.848 mil escudos, em 2013, exibindo um incremento de 196.938 mil escudos (5,86%), explicado, sobretudo, pelo aumento dos Capitais Próprios por via do resultado.

O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 14,29% em Dezembro de 2013, ressaltando uma margem de, aproximadamente, 4,3% sobre o mínimo exigido. O Rácio de Cobertura de Imobilizado assentou-se, por sua vez, nos 145,31%, acima do limite definido (100%).

Quadro XVIII - Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	2012	2013
Fundos Próprios (contos)	3.358.911	3.555.848
Rácio de Solvabilidade	13,59	14,29
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido	127,70	145,31

5.3 Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidade Líquidas do Exercício, que em 2012 somaram 540.201 mil escudos, registaram 361.810 mil escudos em 2013, reflectindo um decréscimo de 178.391 mil escudos, i.e., -33,0%, das quais as Imparidades de Crédito, que em 2012, representavam 98,3% do total, em 2013, a quota baixou para 97,2%.

Quadro XIX - Provisões e Imparidades líquidas

Provisões e Imparidade Líquidas	2012		2013		Variação	
	valor	%	valor	%	valor	%
Crédito a Clientes	531.260	98,3%	351.814	97,2%	179.446	-33,8%
Imóveis	3.108	1,7%	2.296	0,6%	-812	-26,1%
Diversos	5.833	0,0%	7.700	2,1%	1.867	32,0%
Total	540.201	100,0%	361.810	100,0%	178.391	-33,0%

5.4 Créditos e Juros Vencidos

Em 2013, a carteira de crédito não evidenciou alterações importantes a assinalar, tendo o rácio Crédito Vencido/Credito total evoluído de 17,11% para 17,30% (um acréscimo de 0,19%), não obstante, o esforço da CAIXA no acompanhamento dos créditos com vista a sua recuperação.

A Cobertura de Crédito por Imparidade foi reforçada, tendo o rácio a evoluído de 49,68%, em 2012, para 51,07%, em 2013.

Quadro XX - Créditos vencidos, Imparidade e rácios de créditos vencidos

Créditos e Juros vencidos	2012	2013
Créditos e Juros vencidos**	4.719.126	4.832.274
Imparidade para Créditos e Juros vencidos***	2.344.303	2.467.819
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total	17,11%	17,30%
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total*	16,31%	16,49%
Imparidade para Créditos e Juros venc / Créditos e Juros vencidos	49,68%	51,07%

* Com a inclusão dos títulos das empresas no crédito

** não inclui as despesas vencidas

*** não inclui imparidade para títulos

6. Proposta de Aplicação de Resultados

7. Notas Finais

A Caixa Económica de Cabo Verde culminou o exercício de 2013 com resultados positivos, espelhando indicadores de dimensão e desempenho em constante progressão, o que muito vem contribuindo para a sua credibilidade enquanto instituição financeira, contribuindo, deste modo, para o reforço da sua imagem e visibilidade no mercado cabo-verdiano.

Neste momento de balanço, apraz-nos registar os resultados alcançados, os quais deveram-se, essencialmente, à confiança dos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdianos, bem assim aos trabalhadores desta instituição a que devemos o merecido reconhecimento pelo esforço em prol do seu engrandecimento, o que muito nos incentiva na nossa missão de gerir este banco.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da sua actividade de supervisão;

Aos Senhores Accionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançado

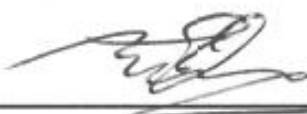
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ACTIVO	2012		2013	
	Activo líquido	Activo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.846.489	5.691.712	0	5.691.712
Disponibilidades em outras instit.de crédito	894.667	661.616	0	661.616
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor/resultados	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	4.023	200	3.823
Aplicações em instituições de crédito	5.336.365	6.834.487	0	6.834.487
Crédito Clientes	32.350.070	36.235.521	2.528.169	33.707.352
Propriedades de investimento	5.314	8.664	3.380	5.284
Outros activos tangíveis	2.476.057	3.437.019	1.119.443	2.317.576
Activos intangíveis	3.988	292.043	246.089	45.954
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjunto	150.490	125.638	0	125.638
Activos por impostos correntes	10.481	45.514	0	45.514
Activos por impostos diferidos	57.136	43.677	0	43.677
Outros activos	845.922	1.215.234	38.271	1.176.963
TOTAL DO ACTIVO	44.980.802	54.595.148	3.935.552	50.659.596

PASSIVO	2012	2013
Recursos de bancos centrais	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	1.232.508	943.406
Recursos de clientes e outros empréstimos	39.930.010	45.628.646
Provisões	48.148	55.081
Passivos por impostos correntes	0	0
Passivos por impostos diferidos	1.539	0
Outros passivos	309.075	367.099
Capital	1.392.000	1.392.000
Outras reservas e resultados transitados	1.948.858	2.067.522
Resultado do exercício	118.664	205.842
(Dividendos antecipados)	0	0
TOTAL DO PASSIVO	41.521.280	46.994.232
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	44.980.802	50.659.596

(Milhares de Escudos)		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2012	2013
Juros e rendimentos similares	3.011.268	3.132.397
Juros e encargos similares	1.352.127	1.372.725
Margem financeira	1.659.141	1.759.672
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
Rendimentos de serviços e comissões	193.975	181.864
Encargos com serviços e comissões	57.120	69.449
Resultados de reavaliação cambial	83.839	73.672
Resultados de alienação de outros activos	0	5.042
Outros resultados de exploração	33.851	21.647
Produto bancário	1.913.686	1.972.448
Custo com pessoal	616.861	590.854
Gastos gerais administrativos	536.295	534.168
Amortizações do exercício	121.850	233.009
Provisões líquidas de reposições e anulações	8.941	9.996
Imparidade outros activ.financ.liq.rever.e recup.	531.260	351.814
Imparidade outros activ.liq.reversões e recuperaç	0	0
Resultados em empresas associadas	-11.901	-34.846
Resultado antes de impostos	86.578	217.761
Impostos		
Correntes	0	0
Diferidos	32.086	11.919
Resultados após impostos	118.664	205.842

O Conselho de Administração



Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda



Vice – Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal - Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes



Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos



Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida



Vogal – Paulo de Oliveira Lima



Vogal – Nuias Mendes Barbosa da Silva

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da

CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde

Cumpre-nos na qualidade do Conselho Fiscal da CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas e proposta apresentados pelo Conselho de Administração da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Através de contactos estabelecidos com os serviços competentes da CAIXA, informámo-nos acerca da actividade do Banco e da gestão do negócio. Procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguamos a observância da Lei e dos Estatutos da CAIXA, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas, que compreendem: o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e das Alterações nos Capitais Próprios do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, e as correspondentes notas explicativas.

Procedemos à análise do Relatório de auditoria emitido pela Deloitte & Associados, SROC, S.A. que contém duas reservas, das quais concordamos.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes, obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, embora com algum atraso. Da análise dos documentos concluímos que:

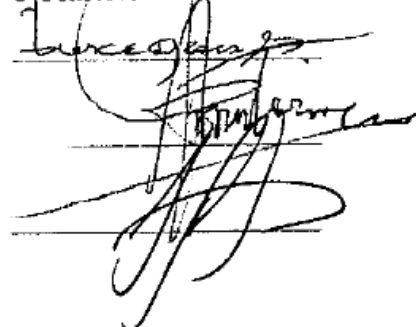
1. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da CAIXA;
2. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, e
3. O Relatório de Gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da CAIXA, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral da CAIXA aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;
- b) A proposta de aplicação de resultados líquidos.

Praia, 09 de Abril de 2013

O Conselho Fiscal



RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração

da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. (“Caixa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de mCve. 50.659.596 e um capital próprio de mCve. 3.665.364, incluindo um resultado líquido de mCve. 205.842, as Demonstrações do dos resultados e outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 32).

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração da Caixa é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. Conforme descrito na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2013 a Caixa tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2004 no montante de mCve. 765.311 (mCve. 668.510 em 31 de Dezembro de 2012). No exercício de 2010, a Caixa recebeu da Direcção Geral do Tesouro (DGT) o relatório preliminar de uma auditoria externa ao regime de crédito bonificado para apurar a dívida do Estado para com a Caixa relativa a bonificações das taxas de juro de crédito à habitação, o qual questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. A Caixa contestou as conclusões deste relatório ainda em 2010. No exercício de 2012, recebeu a resposta ao contraditório apresentado, na qual a DGT estipula que, de um valor de bonificações de crédito à habitação reclamado pela Caixa de mCve. 297.860 até 2008, apenas mCve. 115.938 são devidos. Encontram-se ainda em curso negociações entre as partes com vista à quantificação do valor definitivo a reconhecer pela DGT relativamente aos exercícios até 2008, bem como quanto aos montantes reclamados entre 2009 e 2013 e a outras bonificações, que totalizam mCve. 467.451, que não foram igualmente confirmadas pela DGT. Face ao exposto, não nos é possível quantificar a provisão necessária para a parte do saldo de bonificações a receber registado em 31 de Dezembro de 2013 que não será recebida pela Caixa.
7. Conforme descrito na Nota 2.2 d), a imparidade de crédito concedido é determinada com base numa análise específica de imparidade, para créditos individualmente significativos, e com base num modelo de imparidade que incorpora informação histórica de comportamento da carteira de crédito concedido, bem como a situação específica de cada operação, para créditos que não sejam individualmente significativos e créditos individualmente significativos para os quais não foi determinada imparidade específica.

A carteira de crédito da Caixa em 31 de Dezembro de 2013 inclui montantes relevantes de crédito a empresas com garantia hipotecária cuja imparidade é determinada individualmente, que em algumas situações têm evidenciado dificuldades para fazer face ao serviço da dívida e para as quais as expectativas de cobrabilidade reflectidas na imparidade atribuída pela Caixa assentam essencialmente na recuperação dos respectivos imóveis/terrenos recebidos em hipoteca, sendo normalmente a imparidade determinada com base nos valores de avaliação corrigidos por um factor de desconto. No entanto, para um conjunto relevante de imóveis/terrenos, incluindo um hotel, recebido pela Caixa em dação em pagamento no final de 2013 (Nota 13), a Caixa não obteve relatórios de avaliação actualizados efectuados por peritos avaliadores independentes, pelo que não dispomos de informação actualizada relativamente ao valor destes activos.

Por outro lado, não obstante a Caixa ter vindo a aperfeiçoar o seu modelo de determinação de imparidade colectiva, o modelo actualmente não contempla um tratamento específico para os créditos reestruturados (incluindo situações em que ocorreu capitalização de juros vencidos) e existem algumas inconsistências ao nível da informação histórica utilizada e no processo de apuramento de factores de risco. O Conselho de Administração da Caixa tenciona implementar um conjunto de medidas de melhoria no modelo de imparidade com vista à resolução destas situações durante o exercício de 2014.

Face ao exposto não nos é possível quantificar o acréscimo nas perdas por imparidade de crédito concedido e imóveis recebidos em dação registadas pela Caixa em 31 de Dezembro de 2013 que resultaria da resolução das situações acima descritas.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 6 e 7 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2013			2012	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2013	2012
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	5.691.712	-	5.691.712	2.846.489	Recursos de outras instituições de crédito	14	943.406	1.232.508
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	661.616	-	661.616	894.667	Recursos de clientes e outros empréstimos	15	45.628.646	39.930.010
Activos financeiros disponíveis para venda	5	4.023	(200)	3.823	3.823	Provisões	16	55.081	48.148
Aplicações em instituições de crédito	6	6.834.487	-	6.834.487	5.336.365	Passivos por impostos diferidos	12	-	1.539
Crédito a clientes	7	36.235.521	(2.528.169)	33.707.352	32.350.070	Outros passivos	17	367.099	309.075
Propriedades de investimento	8	8.664	(3.380)	5.284	5.314	Total do passivo		<u>46.994.232</u>	<u>41.521.280</u>
Outros activos tangíveis	9	3.437.019	(1.119.443)	2.317.576	2.476.057				
Activos intangíveis	10	292.043	(246.089)	45.954	3.988	Capital	18	1.392.000	1.392.000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	125.638	-	125.638	150.490	Outras reservas e resultados transitados	19	2.067.522	1.948.858
Activos por impostos correntes	12	45.514	-	45.514	10.481	Resultado do exercício	19	<u>205.842</u>	<u>118.664</u>
Activos por impostos diferidos	12	43.677	-	43.677	57.136	Total do capital próprio		<u>3.665.364</u>	<u>3.459.522</u>
Outros activos	13	1.215.234	(38.271)	1.176.963	845.922				
Total do activo		<u>54.595.148</u>	<u>(3.935.552)</u>	<u>50.659.596</u>	<u>44.980.802</u>	Total do passivo e do capital próprio		<u>50.659.596</u>	<u>44.980.802</u>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares	20	3.132.397	3.011.268
Juros e encargos similares	21	(1.372.725)	(1.352.127)
MARGEM FINANCEIRA		1.759.672	1.659.141
Rendimentos de serviços e comissões	22	181.864	193.975
Encargos com serviços e comissões	22	(69.449)	(57.120)
Resultados de reavaliação cambial	23	73.672	83.839
Resultados de alienação de outros activos	24	5.042	-
Outros resultados de exploração	25	21.647	33.851
PRODUTO BANCÁRIO		1.972.448	1.913.686
Custos com pessoal	26	(590.854)	(616.861)
Gastos gerais administrativos	27	(534.168)	(536.295)
Amortizações do exercício	8, 9 e 10	(233.009)	(121.850)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	(9.996)	(8.941)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	16	(351.814)	(531.260)
Resultados em empresas associadas	11	(34.846)	(11.901)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		217.761	86.578
Impostos diferidos	12	(11.919)	32.086
		(11.919)	32.086
Resultado e rendimento integral do exercício		205.842	118.664
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.392.000	1.392.000
Resultado por acção		0,15	0,09

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.392.000	366.864	1.535.178	(177.062)	432.678	3.549.658
Distribuição do resultado do exercício de 2011:						
Incorporação em reservas	-	43.268	180.610	-	(223.878)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(208.800)	(208.800)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	118.664	118.664
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.392.000	410.132	1.715.788	(177.062)	118.664	3.459.522
Distribuição do resultado do exercício de 2012:						
Incorporação em reservas	-	11.866	106.798	-	(118.664)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	205.842	205.842
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.392.000	421.998	1.822.586	(177.062)	205.842	3.665.364

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimento de juros e comissões	3.214.661	3.205.243
Pagamento de juros e comissões	(1.442.174)	(1.409.247)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	95.320	117.690
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.124.873)	(1.153.156)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(35.033)	(98.533)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>707.901</u>	<u>661.997</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(1.499.019)	(4.613.888)
Créditos sobre clientes	(1.952.643)	1.865.638
Outros activos	(23.929)	(75.967)
	<u>(3.475.591)</u>	<u>(2.824.217)</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(288.220)	(867.341)
Recursos de clientes	5.695.078	3.972.018
Outros passivos	60.981	(20.515)
	<u>5.467.839</u>	<u>3.084.162</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>1.992.248</u>	<u>259.945</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de investimento</u>		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(15.000)	(57.479)
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos	5.006	-
Activos intangíveis	(4.524)	(2.156)
Outros activos tangíveis	(79.064)	(865.956)
Propriedades de investimento	-	(637)
Receitas de venda de activos tangíveis	5.605	-
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(87.977)</u>	<u>(926.228)</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</u>		
Dividendos distribuídos	-	(208.800)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(208.800)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	2.612.172	(213.086)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.741.156	3.954.242
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6.353.328	3.741.156

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até Setembro de 2009. A partir desta data, a Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista (Nota 18).

O capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções, 90% das quais se encontram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objecto o exercício de todas as actividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objecto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 30 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Março de 2014, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio da Caixa no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos exercícios de 2013 e 2012, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
1 USD	80,048	83,165
c) <u>Instrumentos financeiros</u>		
i) <u>Activos financeiros</u>		

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Caixa não tem activos de “trading” ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em “Outros activos”. Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificado em crédito vencido 30 dias após o seu vencimento, com excepção de operações em que as prestações em atraso sejam apenas de juros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de crédito”.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os activos disponíveis para venda correspondem a activos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve estes activos ao custo histórico.

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

A Caixa efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor; e
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

A Caixa efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 50.000 ou empresas que apresentem situações de incumprimento há mais de 90 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito a Caixa definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Produtores individuais
- Outros créditos a particulares
- Garantias prestadas
- Sector público

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

Não é registada imparidade para créditos sobre o Estado de Cabo Verde (incluindo títulos de dívida pública), empresas públicas ou municípios, ou garantidos por estas entidades.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Relativamente a estes activos financeiros, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efectua análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira da Caixa.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, a Caixa considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas como custo em “Amortizações do exercício” ao longo de uma vida útil estimada de 60 anos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	60
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	5
Instalações interiores	4 - 5
Material de transporte	5 - 6
Equipamento de segurança	5 - 12
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Nas situações em que existem indícios, sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

A Caixa avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Caixa está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Caixa correspondem aos impactos da adopção das NIRF e a prejuízos fiscais reportáveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras a Caixa utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2013.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo)	01-Jan-13	Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
Emenda à norma IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre activos financeiros e passivos)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	01-Jul-12	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
Revisão da norma IAS 19 – Benefícios a Empregados	01-Jan-13	A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto	01-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	01-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).

Não se verificaram efeitos nas demonstrações financeiras da Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: · IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; · IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pela Caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa	3.502.499	1.222.610
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	2.189.213	1.623.879
	<u>5.691.712</u>	<u>2.846.489</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Estes depósitos não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos à ordem:		
Em instituições de crédito no país		
. BCA	2.449	9.031
. Ecobank	22	2.858
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Banque et Caisse D'Epargne de L'Etat	270.060	359.009
. Credit Suisse	64.949	18.406
. Commerzbank	52.165	70.535
. Caixa Geral de Depósitos	37.098	49.736
. Montepio Geral	27.855	47.824
. Banque Nationale de Paris	24.277	24.835
. Den Danske Bank	12.650	10.549
. ABN AMRO Bank	11.128	30.139
. Cassa Risparmio D.P.Lombarde	8.867	6.317
. Banco Português de Investimento	8.320	20.515
. Natexis Banques Populaires	4.874	15.862
. Banco Central Hispano	4.790	5.240
. Banco Espírito Santo	737	13.300
. JP Morgan Chase Bank, N.A. NY	-	145.355
. Bank of China	-	14.789
. Outras instituições de crédito	9.632	6.840
	<u>539.873</u>	<u>851.140</u>
Valores a cobrar:		
Sobre o país	105.722	31.015
Sobre o estrangeiro	16.021	10.564
	<u>121.743</u>	<u>41.579</u>
Outras disponibilidades	-	1.948
	<u>661.616</u>	<u>894.667</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No decorrer do exercício de 2013, a Caixa encerrou a conta de depósitos à ordem que mantinha junto do correspondente JP Morgan Chase Bank, N.A. NY.

Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 16)	Valor de balanço (líquido)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>			
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3.823	-	3.823
<u>Instrumentos de dívida valorizados ao custo histórico</u>			
Obrigações de dívida pública portuguesa	200	(200)	-
	<u>4.023</u>	<u>(200)</u>	<u>3.823</u>

A Caixa manteve as obrigações de dívida pública portuguesa registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

A participação no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
Depósitos overnight	6.000.000	5.000.000
Títulos de intervenção monetária	550.000	-
Títulos de regularização monetária	177.000	227.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	108.225	108.942
Juros a receber	207	494
Proveitos diferidos	(945)	(71)
	<u>6.834.487</u>	<u>5.336.365</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos para caução” corresponde a garantias, na forma de depósitos, prestadas pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução para garantias bancárias prestadas pela Caixa a estas entidades. Estes depósitos não são remunerados, sendo reembolsados quando da liquidação da respectiva garantia bancária associada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos a prazo e para caução apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	2013	2012
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	108.225	108.225
Montepio Geral	-	717
	<u>108.225</u>	<u>108.942</u>

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Crédito interno a curto prazo:		
Empréstimos	457.415	642.436
Descontos comerciais	365.295	479.715
Descobertos em depósitos à ordem	184.488	209.132
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	20.185.573	19.782.137
Outros créditos	999.785	971.505
	<u>22.192.556</u>	<u>22.084.925</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados):		
Títulos de dívida pública	6.938.548	5.868.650
Outros títulos de rendimento fixo	1.379.849	1.362.912
Crédito ao pessoal	901.288	769.968
	<u>31.412.241</u>	<u>30.086.455</u>
Crédito e juros vencidos	4.876.100	4.734.177
Juros a receber	188.448	162.255
Custos diferidos	2.327	2.553
Receitas diferidas	(243.595)	(237.916)
	<u>36.235.521</u>	<u>34.747.524</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 16)	<u>(2.528.169)</u>	<u>(2.397.454)</u>
	<u>33.707.352</u>	<u>32.350.070</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados) – Títulos de dívida pública” inclui mCve. 6.142.628 e mCve. 5.072.730, respectivamente, relativos a obrigações e bilhetes do Tesouro de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa. Esta rubrica inclui ainda uma Obrigação do Tesouro de rendimento variável, com um montante de subscrição de mCve. 795.920, a reembolsar no prazo de 15 anos a partir de 1 de Janeiro de 2000. Este título vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 1,5%. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a taxa de cupão em vigor é de 1,89% e 1,82%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendem a mCve. 4.445.730 e mCve. 4.465.730, respectivamente (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados) – Outros títulos de rendimento fixo” inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber”. Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

<u>Título</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Maturidade</u>
<i><u>Outros títulos de rendimento fixo</u></i>			
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	147.088	147.088	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630.227	630.227	14-06-2027
TecniciL - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	200.000	200.000	06-08-2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche B	283.845	283.845	14-09-2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A	31.252	31.252	05-01-2014
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	50.336	50.500	14-10-2019
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	13.343	20.000	18-02-2014
Laboratórios Inpharma - Indústria Farmacêutica, S.A.	23.758	-	24-12-2019
	<u>1.379.849</u>	<u>1.362.912</u>	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em Dezembro de 2013, a Caixa subscreveu 23.758.000 obrigações dos Laboratórios Inpharma - Indústria Farmacêutica, S.A., ao valor nominal de Cve. 1 cada. As obrigações subscritas têm maturidade em Dezembro de 2019.

No exercício de 2012, as obrigações da TecniciL - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. foram reembolsadas, tendo ocorrido a emissão de novas obrigações de igual montante com maturidade em Agosto de 2015. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as obrigações da TecniciL - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. encontram-se garantidas por primeira hipoteca sobre um terreno. Em 31 de Dezembro de 2013 os juros devidos em Fevereiro e Agosto de 2013 totalizando mCve. 19.553 encontram-se vencidos. Em 31 de Dezembro de 2013 os juros totais devidos pela TecniciL - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. ascendiam a mCve. 27.429, vencendo-se o próximo cupão de juros em 6 de Fevereiro de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2013, os juros devidos em Fevereiro de 2012 e Agosto de 2013 das obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry, S.A. (CVFF) totalizando mCve. 2.188 encontravam-se vencidos. Em 31 de Dezembro de 2013 os juros totais devidos pela CVFF ascendiam a mCve. 5.625, vencendo-se o próximo cupão de juros em 1 de Fevereiro de 2014. Em 3 de Fevereiro de 2014, a CVFF procedeu à liquidação dos juros em dívida do 7º e 8º cupões.

Em 31 de Maio de 2013 a Sociedade de Gestão de Investimentos Lda. procedeu ao reembolso antecipado de parte das obrigações emitidas no montante de mCve. 6.657.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber (titulados)” e juros corridos, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2013			2012		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:						
Comércio	708.200	383.046	1.091.246	531.367	522.851	1.054.218
Construção e obras públicas	897.638	206.533	1.104.171	1.053.931	82.408	1.136.339
Transportes	1.969.892	360.670	2.330.562	1.319.538	430.025	1.749.563
Indústria	503.477	434.613	938.090	913.205	104.775	1.017.980
Hotelaria	935.051	324.585	1.259.636	950.198	500.880	1.451.078
Energia	706.553	-	706.553	858.079	-	858.079
Outros	2.576.131	242.266	2.818.397	2.466.422	323.382	2.789.804
	<u>8.296.942</u>	<u>1.951.713</u>	<u>10.248.655</u>	<u>8.092.740</u>	<u>1.964.321</u>	<u>10.057.061</u>
Particulares:						
Habitação	9.718.641	1.748.339	11.466.980	10.057.646	1.685.083	11.742.729
Outros	5.078.261	1.176.048	6.254.309	4.704.507	1.084.773	5.789.280
	<u>14.796.902</u>	<u>2.924.387</u>	<u>17.721.289</u>	<u>14.762.153</u>	<u>2.769.856</u>	<u>17.532.009</u>
	<u>23.093.844</u>	<u>4.876.100</u>	<u>27.969.944</u>	<u>22.854.893</u>	<u>4.734.177</u>	<u>27.589.070</u>

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é apresentado como se segue:

	2013				
	Saldo em 31-12-2012		Amortizações do exercício	Saldo em 31-12-2013	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos	3.684	-	-	3.684	-
Imóveis	4.980	(3.350)	(30)	4.980	(3.380)
	<u>8.664</u>	<u>(3.350)</u>	<u>(30)</u>	<u>8.664</u>	<u>(3.380)</u>

	2012				
	Saldo em 31-12-2011		Transfe-rências	Saldo em 31-12-2012	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos	3.048	-	-	636	3.684
Imóveis	4.980	(3.321)	(29)	-	4.980
	<u>8.028</u>	<u>(3.321)</u>	<u>(29)</u>	<u>636</u>	<u>(3.350)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base em avaliações efectuadas em 2013 e 2012, preparadas pelo Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária da Caixa e era:

	Valor líquido		Valor de
	2013	2012	avaliação
Terrenos	3.684	3.684	18.640
Edifícios	1.600	1.630	14.079
	<u>5.284</u>	<u>5.314</u>	<u>32.719</u>

Em 2012, as transferências correspondem a um terreno que foi transferido da rubrica de “Imobilizado em curso” (Nota 9).

Nos exercícios de 2013 e 2012, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a mCve. 110 e mCve. 126, respectivamente (Nota 25).

9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

seguinte:

	2013									
	Saldos em 31-12-2012			Vendas / Abates			Transfe- rências (Nota 10)	Saldos em 31-12-2013		
	Valor	Amortizações	Adições	Valor	Amortizações	Amortizações		Valor	Amortizações	Valor
	bruto	acumuladas		bruto		do exercício		bruto	acumuladas	líquido
Imóveis	1.505.753	(67.692)	70.900	-	-	(24.072)	-	1.576.653	(91.764)	1.484.889
Obras em edifícios arrendados	45.297	(28.616)	-	-	-	(2.646)	-	45.297	(31.262)	14.035
Património artístico	3.900	-	50	-	-	-	-	3.950	-	3.950
Equipamento:										
Mobiliário e material	205.080	(107.306)	2.560	-	-	(17.083)	625	208.265	(124.389)	83.876
Máquinas e ferramentas	250.298	(186.685)	2.190	-	-	(21.793)	952	253.440	(208.478)	44.962
Equipamento informático	323.618	(272.404)	10.398	-	-	(17.465)	1.025	335.041	(289.869)	45.172
Instalações interiores	422.246	(126.181)	1.482	(507)	507	(100.183)	-	423.221	(225.857)	197.364
Material de transporte	188.286	(93.248)	-	(32.933)	32.368	(24.753)	-	155.353	(85.633)	69.720
Equipamento de segurança	257.941	(42.233)	369	-	-	(15.911)	310	258.620	(58.144)	200.476
Outro equipamento	6.133	(3.361)	254	-	-	(686)	-	6.387	(4.047)	2.340
	3.208.552	(927.726)	88.203	(33.440)	32.875	(224.592)	2.912	3.266.227	(1.119.443)	2.146.784
Imobilizado em curso	195.232	-	24.301	-	-	-	(48.741)	170.792	-	170.792
	3.403.784	(927.726)	112.504	(33.440)	32.875	(224.592)	(45.829)	3.437.019	(1.119.443)	2.317.576

	2012								
	Saldos em 31-12-2011			Amortizações do exercício	Transfe- rências	Regulari- zações	Saldos em 31-12-2012		
	Valor	Amortizações	Adições				Valor	Amortizações	Valor líquido
	bruto	acumuladas					bruto	acumuladas	
Imóveis	542.515	(57.306)	69.767	(10.436)	893.471	50	1.505.753	(67.692)	1.438.061
Obras em edifícios arrendados	45.297	(25.959)	-	(2.657)	-	-	45.297	(28.616)	16.681
Património artístico	2.892	-	1.008	-	-	-	3.900	-	3.900
Equipamento:									
Mobiliário e material	147.497	(96.017)	56.591	(11.289)	992	-	205.080	(107.306)	97.774
Máquinas e ferramentas	221.225	(163.937)	7.742	(22.748)	21.331	-	250.298	(186.685)	63.613
Equipamento informático	293.447	(249.937)	14.327	(22.467)	15.844	-	323.618	(272.404)	51.214
Instalações interiores	122.550	(105.360)	16.836	(20.821)	282.860	-	422.246	(126.181)	296.065
Material de transporte	115.177	(74.147)	52.359	(19.101)	20.750	-	188.286	(93.248)	95.038
Equipamento de segurança	58.601	(35.126)	10.480	(7.107)	188.860	-	257.941	(42.233)	215.708
Outro equipamento	4.119	(2.973)	2.014	(390)	-	2	6.133	(3.361)	2.772
	1.553.320	(810.762)	231.124	(117.016)	1.424.108	52	3.208.552	(927.726)	2.280.826
Imobilizado em curso	984.508	-	636.842	-	(1.424.744)	(1.374)	195.232	-	195.232
	2.537.828	(810.762)	867.966	(117.016)	(636)	(1.322)	3.403.784	(927.726)	2.476.057

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica “Imobilizado em curso” inclui despesas com a instalação de novas agências nos montantes de mCve. 155.913 e mCve. 132.783, respectivamente.

Em 2012 as transferências para imobilizado firme correspondem essencialmente à construção da nova sede social da Caixa na cidade da Praia, cuja construção foi concluída no final de 2012.

No exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as transferências correspondem a dois softwares que foram transferidos para a rubrica “Activos intangíveis” (Nota 10) e a um terreno que foi transferido para a rubrica de “Propriedades de Investimento” (Nota 8), respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013					2012		
	Saldos em 31-12-2012		Adições	Amortizações do exercício	Transferências (Nota 9)	Saldos em 31-12-2013		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Software	241.690	(237.702)	4.524	(8.387)	45.829	292.043	(246.089)	45.954

	2012				2011		
	Saldos em 31-12-2011		Adições	Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2012		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Software	239.533	(232.897)	2.157	(4.805)	241.690	(237.702)	3.988

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2013					2012				
			Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios
Novo Banco, S.A.	20,00%	10.000	49.167	30-09-2013 ⁽¹⁾	1.130.591	(92.470)	245.835	96.624	31-12-2011	390.472	(96.439)	183.119
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	12.500	54.244	31-12-2013 ⁽¹⁾	765.040	148.997	542.438	45.022	31-12-2012 ⁽¹⁾	620.992	90.154	450.221
CV Garante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15,00%	15.000	14.395	31-12-2013 ⁽¹⁾	97.167	(4.033)	95.967	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	17,86%	60.000	7.067	31-12-2012	411.072	1.249	39.575	6.844	31-12-2011	266.013	(2.795)	38.326
Sophis Gere, S.A.	10,00%	2.000	765	31-12-2013 ⁽¹⁾	8.559	(12.347)	7.653	2.000	n.a	n.a	n.a	n.a
			<u>99.500</u>		<u>125.638</u>			<u>150.490</u>				

n.a. - não aplicável

⁽¹⁾ Demonstrações financeiras provisórias

A Caixa classificou as participações na SISIP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL (SISP), CV Garante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (CV Garante), Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. (Imotur), e Sophis Gere, S.A. (Sophis Gere), como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISIP, da CV Garante, da Imotur, e da Sophis Gere, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Em Outubro de 2010, a Caixa subscreveu 20% do capital social do Novo Banco. Trata-se de um Banco com objectivos de financiamento às classes mais baixas da população, sobretudo através da concessão de micro-crédito ou através do financiamento de Organizações Não Governamentais (ONG's). O Novo Banco iniciou a sua actividade em Dezembro de 2010. No exercício de 2012, ocorreu um aumento de capital no montante de mCve. 300.000, tendo a Caixa participado em mCve. 60.000.

A Sophis Gere, S.A. foi criada em 26 de Outubro de 2012 e tem como objecto social a administração de fundos de investimento imobiliário, gestão de disponibilidades e fundos de outros aforradores, designadamente, entidades públicas ou privadas.

Em Julho de 2013, foi criada a CV Garante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objecto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. A Caixa subscreveu 15.000 acções com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da CV Garante. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da CV Garante, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de acções da CV Garante pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de Dezembro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2013 e 2012 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Novo Banco	SISP	CV Garante	Imotur	Sofhis Gere	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	55.912	41.605	-	7.395	-	104.912
Aumento de capital do Novo Banco	60.000	-	-	-	-	60.000
Subscrição de capital do Sofhis Gere	-	-	-	-	2.000	2.000
Dividendos	-	(4.521)	-	-	-	(4.521)
Resultados em associadas	(19.288)	7.938	-	(551)	-	(11.901)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	96.624	45.022	-	6.844	2.000	150.490
Subscrição de capital da CV Garante	-	-	15.000	-	-	15.000
Dividendos	-	(5.006)	-	-	-	(5.006)
Resultados em associadas	(47.457)	14.228	(605)	223	(1.235)	(34.846)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	49.167	54.244	14.395	7.067	765	125.638

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo dos “Resultados em associadas – SISP” inclui

mCve. 672 e mCve. 1.077 relativos a acertos ao resultado incorporado no exercício anterior, respectivamente.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Caixa está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	2013	2012
Activos por impostos correntes		
. IUR a recuperar	26.464	-
. Retenções na fonte do exercício	19.050	10.481
	45.514	10.481
Activos por impostos diferidos		
. Por prejuízos fiscais reportáveis	43.677	43.843
. Por diferenças temporárias	-	13.293
	43.677	57.136
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	-	(1.539)
	43.677	55.597

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica “Activos por impostos correntes – IUR a recuperar”, corresponde à liquidação provisória de imposto referente a 2012, efectuada pela Caixa no início de 2013. O valor a recuperar será deduzido em liquidações de IUR a realizar em exercícios futuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O detalhe e o movimento dos impostos diferidos nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013			Saldo em 31-12-2013
	Saldo em 31-12-2012	Variação em resultados	Outros	
Prejuízos fiscais reportáveis	43.843	(165)	(1)	43.677
Ajustamentos de conversão para as NIRF	11.754	(11.754)	-	-
	<u>55.597</u>	<u>(11.919)</u>	<u>(1)</u>	<u>43.677</u>

	2012			Saldo em 31-12-2012
	Saldo em 31-12-2011	Variação em resultados	Outros	
Prejuízos fiscais reportáveis	-	43.843	-	43.843
Ajustamentos de conversão para as NIRF	23.510	(11.757)	1	11.754
	<u>23.510</u>	<u>32.086</u>	<u>1</u>	<u>55.597</u>

No exercício de 2012 a Caixa apurou prejuízo para efeitos fiscais no montante de mCve. 175.368, tendo reconhecido os correspondentes activos por impostos diferidos. Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/ 92, os prejuízos fiscais são dedutíveis aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos três exercícios seguintes. No exercício de 2013, a Caixa utilizou impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis, no montante de mCve. 165.

É convicção do Conselho de Administração que a Caixa irá gerar lucros tributáveis suficientes que permitam o aproveitamento dos prejuízos fiscais reportáveis e consequente recuperação dos impostos diferidos, no decorrer de 2014 e 2015.

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos. No exercício de 2013, a Caixa reconheceu a totalidade do montante remanescente dos impostos diferidos decorrentes de ajustamentos de conversão para as NIRF.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

	2013		2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>217.761</u>		<u>86.578</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	55.529	25,5%	22.077
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(24,80%)	(54.010)	(71,43%)	(61.839)
. Rendimentos de outras obrigações	(3,13%)	(6.824)	-	-
. Outros	(0,57%)	(1.252)	(0,92%)	(799)
Encargos não aceites fiscalmente	8,48%	18.476	9,79%	8.475
Imposto sobre lucro do exercício	<u>5,47%</u>	<u>11.919</u>	<u>(37,06%)</u>	<u>(32.086)</u>

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Os rendimentos de obrigações emitidos por entidades que não o Tesouro de Cabo Verde com colocação pública e cotados na Bolsa de Valores de Cabo Verde, são tributados a uma taxa liberatória de 5%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em Setembro de 2008, a Caixa recebeu uma notificação pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2007 no montante de mCve. 77.897. Ainda em 2008, a Caixa procedeu à liquidação de 46.896 mCve, tendo reclamado o restante. Em Novembro de 2012, a liquidação adicional referente ao exercício de 2007 foi novamente fixada pela DGCI já atendendo à reclamação apresentada pela Caixa em mCve. 2.570. Ainda em 2012, a Caixa procedeu à liquidação de mCve. 1.503, tendo reclamado o restante. Em Abril de 2013, foi recebida resposta da DGCI aceitando os argumentos apresentados pela Caixa para imposto em falta no montante de mCve. 696 e recusando a argumentação apresentada para o remanescente. O imposto em falta foi nesta data fixado em mCve. 371. Em Junho de 2013 a Caixa procedeu à liquidação de parte do imposto em falta no montante de mCve. 337, acrescido de juros de mora, taxa de justiça e taxa de relaxe num total de mCve. 409.

Em Agosto de 2009, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 32.469 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008. No decorrer de 2010, a Caixa liquidou o montante de mCve. 8.224 (acrescido de juros de mora, taxa de justiça e taxa de relaxe), tendo reclamado o restante. Em Novembro de 2012, a liquidação adicional referente ao exercício de 2008 foi estipulada pela DGCI em mCve. 2.960, dos quais mCve. 1.150 foram aceites pela Caixa e o remanescente objecto de liquidação. Em Novembro de 2012, a Caixa procedeu à liquidação de parte do imposto cujas correcções foram aceites no montante mCve. 958, e apresentou reclamação para o remanescente. Em Julho de 2013, foi recebida resposta da DGCI aceitando os argumentos apresentados pela Caixa para imposto em falta no montante de mCve. 1.196 e recusando a argumentação apresentada para o remanescente. Em Agosto de 2013 a Caixa procedeu à liquidação de parte do imposto em falta no montante de mCve. 514, acrescido de juros de mora, taxa de justiça e taxa de relaxe num total de mCve. 605

Em Outubro de 2009, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 21.124 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2004. A Caixa aceitou correcções no montante de mCve. 4.220 e apresentou reclamação relativamente ao restante. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a Caixa encontra-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos.

Em Setembro de 2010, a Caixa foi notificada pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 49.842 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. Ainda durante o exercício de 2010, a Caixa liquidou o montante de mCve. 25.074, tendo reclamado o restante.

Em Dezembro de 2010, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 5.749 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2005. A Caixa aceitou correcções no montante de mCve. 177 e apresentou reclamação relativamente às restantes correcções. A Caixa liquidou o imposto correspondente às correcções aceites em Dezembro de 2012 e encontra-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos.

Em Julho de 2011, a Caixa recebeu uma notificação da DGCI fixando o imposto sobre o rendimento do exercício de 2010 em mCve. 74.640. Esta notificação tinha implícito um conjunto de correcções ao imposto apurado pela Caixa que foram objecto de reclamação. Em Janeiro de 2012, a Caixa recebeu nova notificação corrigindo os valores anteriormente fixados e apurando um montante de imposto de 40.644 mEuros. A Caixa procedeu à liquidação de 16.145 Euros e à reclamação do valor remanescente, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos.

Em Novembro de 2011, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.696 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2006, a qual contestou. Em Março de 2013, a liquidação adicional referente ao exercício de 2006 foi fixada pela DGCI atendendo à reclamação apresentada pela Caixa em mCve. 1.369. Em Junho de 2013, a Caixa procedeu à liquidação de mCve. 1.771, correspondente ao imposto em falta acrescido de juros de mora, taxa de justiça e taxa de relaxe.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em Julho de 2012, a Caixa foi notificada pela DGCI da fixação da matéria colectável relativa ao exercício de 2011, a qual apresentava correcções ao imposto sobre o rendimento no montante de mCve. 4.521, tendo a Caixa procedido à liquidação da totalidade do imposto em falta.

Em Janeiro de 2014 a Caixa foi notificada da fixação da matéria colectável de 2012 num prejuízo de mCve. 131.465. A Caixa tinha apurado prejuízos fiscais no montante de mCve. 175.368. A Caixa apresentou reclamação relativamente às correcções referentes a amortizações do exercício, custos com pessoal e provisões não aceites fiscalmente como custo no montante de mCve. 25.759, tendo aceite correcções no montante de mCve. 18.143 e um prejuízo fiscal de mCve. 157.223.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Caixa tem registada uma provisão para contingências fiscais no valor de mCve 49.568 e mCve 48.148, respectivamente (Nota 16).

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2013.

13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Outros activos:</u>		
Bens arrematados	258.696	14.208
Numismática e medalhística	176	176
	<u>258.872</u>	<u>14.384</u>
<u>Devedores:</u>		
Valores a receber do Estado de Cabo Verde		
. Bonificações	765.311	668.510
. Outros	32.416	29.616
Fundo Micro-Crédito (Nota 17)	54.240	53.487
Devedores diversos	2.279	25.425
Devedores por remessas cambiais	12.160	22.839
	<u>866.406</u>	<u>799.877</u>
<u>Despesas com encargo diferido:</u>		
Seguros	745	1.177
Outros	7.033	6.025
	<u>7.778</u>	<u>7.202</u>
Operações activas a regularizar	82.178	60.076
	<u>1.215.234</u>	<u>881.539</u>
Imparidade de Outros Activos (Nota 16)	(38.271)	(35.617)
	<u>1.176.963</u>	<u>845.922</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os bens arrematados correspondem a imóveis recebidos em dação e apresentam a seguinte composição de acordo com a data da sua aquisição pela Caixa:

Ano de aquisição	2013			2012		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
2004	1.973	(1.973)	-	1.973	(1.973)	-
2007	3.189	(3.189)	-	3.161	(3.161)	-
2008	3.324	(3.324)	-	3.324	(2.493)	831
2009	5.750	(4.312)	1.438	5.750	(2.875)	2.875
2013	244.460	-	244.460	-	-	-
	<u>258.696</u>	<u>(12.798)</u>	<u>245.898</u>	<u>14.208</u>	<u>(10.502)</u>	<u>3.706</u>

No exercício de 2013, a Caixa recebeu em dação em pagamento o imóvel denominado “Hotel Sabura”, localizado em Santa Maria, ilha do Sal. O valor líquido de perdas por imparidade do crédito concedido na data da dação ascendia a mCve. 199.731. Na sequência desta operação, a Caixa reconheceu em proveitos do exercício na rubrica “Juros de crédito a clientes – Recuperação de juros anulados” (Nota 20) mCve. 42.268 referentes a recuperação de juros abatidos ao activo.

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito à habitação, sendo calculadas de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pela Caixa desde o início de 2004.

No exercício de 2010, a Caixa recebeu da Direcção Geral do Tesouro (DGT) o relatório preliminar de uma auditoria externa ao regime de crédito bonificado para apurar a dívida do Estado para com a Caixa relativa a bonificações das taxas de juro, o qual questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. A Caixa contestou as conclusões deste relatório ainda em 2010. No exercício de 2012, a Caixa recebeu a resposta ao contraditório apresentado, na qual a DGT estipula que, de um valor reclamado de mCve. 297.860 pela Caixa até 2008, apenas mCve. 115.930 são devidos. Encontram-se ainda em curso negociações com a DGT com vista à quantificação do valor definitivo a reconhecer pela DGT relativamente aos exercícios acima referidos, bem como quanto aos montantes reclamados entre 2009 e 2013, que totalizam mCve. 432.674.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Devedores – Fundo Micro Crédito” refere-se a créditos concedidos no âmbito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas. O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formação destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes, importância do reembolso, responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a grupos solidários constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Devedores diversos” respeita a montantes de adiantamentos realizados a fornecedores de Imobilizado.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Devedores por remessas cambiais” refere-se a remessas de cheques sobre o estrangeiro, as quais foram regularizadas no início do exercício subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos à ordem:		
De instituições de crédito no país	114.006	108.238
Depósitos a prazo:		
De instituições de crédito no país	250.000	250.000
Empréstimos obtidos:		
Linha de Credito I.F.C.	551.325	551.325
De organismos financeiros internacionais	-	297.716
Outros	3.727	-
	555.052	849.041
Juros:		
De depósitos	12.875	12.834
De empréstimos obtidos	11.473	12.395
	24.348	25.229
	943.406	1.232.508

Em 21 de Dezembro de 2011 a Caixa contratou junto do Nederlandse Financierings-Maatschappij Voor Ontwikkelingslanden n.v. ("FMO") uma linha de crédito no montante total de 10.000.000 Euros (1.102.650 mCve). O montante total do crédito seria disponibilizado numa tranche inicial de 5.000.000 Euros (551.325 mCve) e em duas tranches de 2.500.000 Euros cada (275.663 mCve), com reembolso semestral no período decorrido entre Julho de 2014 e Janeiro de 2019. Esta linha de crédito vence juros a uma taxa variável. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a Caixa apenas tinha utilizado a primeira tranche, no montante de 551.325 mCve.

O contrato prevê ainda que em caso de incumprimento dos covenants, a Caixa deverá apresentar ao FMO a fundamentação desse incumprimento ("waiver request"), bem como as diligências a efectuar com vista à sua resolução, sujeito a uma penalidade monetária. O contrato prevê ainda que em caso de incumprimento o FMO poderá solicitar o reembolso antecipado do empréstimo.

Desde 30 de Setembro de 2012 que a Caixa encontra-se em situação de incumprimento do covenant "Open assets exposure ratio". Neste sentido, em 25 de Fevereiro de 2013 enviou um "waiver request" ao FMO onde justificou os motivos do incumprimento e apresentou medidas concretas para a sua regularização.

Em 31 de Dezembro de 2013, a Caixa está em situação de incumprimento dos covenants "Open assets exposure ratio" e "Single Group Exposure Ratio". Em 19 de Dezembro de 2013, a Caixa manifestou formalmente ao FMO a sua intenção de não utilizar as tranches remanescentes do empréstimo, no montante total de 5.000.000 Euros, liquidando a penalização de não utilização dos fundos ("cancellation fee") prevista no contrato, e solicitou um "waiver" aos incumprimentos verificados. Caso este "waiver" não seja aceite pelo FMO, a Caixa manifestou a sua intenção de liquidar antecipadamente o financiamento. Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Outros custos administrativos – FMO" refere-se ao montante da penalização a liquidar ao FMO pela não utilização do empréstimo obtido na totalidade (Nota 17).

Em 12 de Dezembro de 2012, a Caixa contraiu junto do Banque et Caisse D'Epargne de L'Etat um financiamento no valor de 2.700.000 Euros (mCve. 297.716). Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa e foi liquidado na data de vencimento (12 de Março de 2013).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	5.026.522	4.777.464
Depósitos à vista:		
De residentes	12.593.987	8.797.208
De emigrantes	663.753	683.248
	13.257.740	9.480.456
Depósitos a prazo:		
De residentes	11.445.129	10.695.821
De emigrantes	10.598.358	9.654.254
	22.043.487	20.350.075
Outros recursos:		
Títulos cedidos com acordo de recompra (Nota 7)	4.445.730	4.465.730
Empréstimos obtidos de residentes	295.000	326.667
Cheques e ordens a pagar	(4.375)	9.390
	4.736.355	4.801.787
Juros:		
De depósitos	518.139	476.481
De títulos cedidos com acordo de recompra	54.990	54.532
De empréstimos obtidos de residentes	4.832	5.310
	577.961	536.323
Despesas com encargo diferido:		
De empréstimos obtidos de não residentes	(13.419)	(16.095)
	45.628.646	39.930.010

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração da Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros recursos - Empréstimos obtidos de residentes” corresponde a um empréstimo obtido junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros a uma taxa fixa, a reembolsar em 15 prestações anuais. Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS para aquisição de habitação própria.

Em 31 de Dezembro de 2013 o saldo da rubrica “Cheques e ordens a pagar” inclui mCve. 13.085 referentes a transferências recebidas via Western Union cuja compensação financeira apenas ocorreu nos primeiros dias de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

16. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	2013			Recuperações de crédito
	Saldos em 31-12-2012	Dotações líquidas	Utilizações	Saldos em 31-12-2013
<u>Imparidade</u>				
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2.397.454	390.039	(259.324)	2.528.169
				(38.225)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	200
				-
Imparidade de outros activos (Nota 13)	35.617	2.654	-	38.271
				-
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	48.148	1.829	(409)	49.568
Outras provisões	-	5.513	-	5.513
	48.148	7.342	(409)	55.081
	2.481.419	400.035	(259.733)	2.621.721
				(38.225)

	2012			Recuperações de crédito
	Saldos em 31-12-2011	Dotações líquidas	Utilizações	Saldos em 31-12-2012
<u>Imparidade</u>				
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2.046.777	549.620	(198.943)	2.397.454
				(18.360)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	200
				-
Imparidade de outros activos (Nota 13)	32.509	8.108	(5.000)	35.617
				-
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	48.817	833	(1.502)	48.148
	2.128.303	558.561	(205.445)	2.481.419
				(18.360)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

17. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Recursos</u>		
Recursos consignados - Fundo Micro-Crédito (Nota 13)	54.240	53.487
Sector público administrativo - retenção de impostos na fonte	28.213	28.124
Outros	4.220	2.956
<u>Custos com pessoal:</u>		
Férias e subsídio de férias	58.049	54.621
Prémio de produtividade (Nota 26)	33.785	30.987
Subsídio de falha	11.133	12.530
<u>Outros custos administrativos:</u>		
FMO (Nota 14)	11.412	-
Encargos com ATM	9.442	11.486
Água, gás e electricidade	7.975	12.396
Comunicações	2.312	3.267
Comissões a pagar - Western Union	1.106	1.771
Taxa anual de manutenção de acções	-	3.000
Outros	51.447	53.549
<u>Receitas com proveito diferido:</u>		
De operações extrapatrimoniais	1.180	1.083
Outras contas de regularização	92.585	39.818
	<u>367.099</u>	<u>309.075</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros custos administrativos – Outros” inclui mCve. 15.715 e mCve. 14.830, referentes aos valores a entregar ao INPS a título de encargos sociais do mês de Dezembro, respectivamente, e mCve. 8.266 e mCve. 8.228, referentes ao imposto único sobre o rendimento dos colaboradores do mês de Dezembro, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui mCve. 8.241 e mCve. 6.891, respectivamente, referentes a montantes pendentes de liquidação de empréstimos bonificados. Adicionalmente, o saldo remanescente desta rubrica é composto essencialmente por valores a regularizar com bancos e clientes que correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

18. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a estrutura accionista da Caixa é a seguinte:

Entidade	Número de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%
Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A.	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%
Impar - Companhia Caboverdeana de Seguros	168.032	12,1%
Outros subscritores e trabalhadores	183.357	13,2%
	<u>1.392.000</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

19. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2013	2012
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	421.998	410.132
. Outras reservas	1.822.586	1.715.788
. Resultados transitados	(177.062)	(177.062)
	<u>2.067.522</u>	<u>1.948.858</u>
Lucro do exercício	205.842	118.664
	<u>2.273.364</u>	<u>2.067.522</u>

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Na reunião da Assembleia Geral realizada em 23 de Maio de 2013, foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2012, nos montantes de mCve. 11.866 e mCve. 106.798 para a rubrica “Reserva legal e outras reservas”, respectivamente.

Na reunião de Assembleia Geral realizada em 26 de Abril de 2012, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de mCve. 208.800 e incorporação em reserva legal e outras reservas nos montantes de mCve. 43.268 e mCve. 180.610, respectivamente.

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	2.246.013	2.310.564
Recuperação de juros anulados	336.251	172.731
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	325.061	319.640
Outros títulos de rendimento fixo	95.055	94.731
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
Depósitos a prazo	23.734	1.656
Títulos de intervenção monetária	9.392	-
Títulos de regularização monetária	3.345	623
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	744	3.039
Outros juros e rendimentos similares	143	357
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	92.659	107.927
	<u>3.132.397</u>	<u>3.011.268</u>

No exercício de 2013 as recuperações de juros anulados incluem mCve. 42.268 referentes a proveitos reconhecidos no âmbito da dação em pagamento da Hotel Sabura Lda. (Nota 13) e mCve. 30.000 relativos a um recebimento efectivo do Estado de Cabo Verde. As restantes recuperações de juros no montante de mCve. 263.983 referem-se essencialmente a reestruturações de crédito.

Nos exercícios de 2013 e 2012, os juros de Obrigações do Tesouro colocadas no mercado secundário ascenderam a mCve. 263.648 e mCve. 265.638, respectivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

21. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos de poupança		
Cadernetas	42.011	45.506
Depósitos à ordem		
De emigrantes	10.991	9.758
De residentes	52	12
Depósitos a prazo		
De residentes	539.798	492.760
De emigrantes	464.087	425.755
Empréstimos		
De não residentes	19.734	22.639
De residentes	7.688	66.722
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro	263.648	265.638
Juros anulados de crédito de clientes		
Crédito interno	21.624	20.462
Outros	3.092	2.875
	<u>1.372.725</u>	<u>1.352.127</u>

22. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Rendimentos de serviços e comissões:</u>		
Comissões sobre operações cambiais	78.840	80.938
Comissões Western Union	49.300	55.609
Comissões de manutenção de contas	15.447	14.513
Garantias e avales prestados	10.554	8.637
Comissões VISA	9.029	7.835
Créditos documentários	313	1.404
Outros serviços bancários prestados	10.032	11.611
Outras comissões	8.349	13.428
	<u>181.864</u>	<u>193.975</u>
<u>Encargos com serviços e comissões:</u>		
Comissões sobre operações cambiais	(12.272)	(11.994)
Comissões VISA	(12.226)	(10.098)
Outras comissões e encargos	(44.951)	(35.028)
	<u>(69.449)</u>	<u>(57.120)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

23. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013			2012		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	162.268	(103.252)	59.016	181.356	(133.037)	48.319
Resultados em notas e moedas	138.220	(123.564)	14.656	165.690	(130.170)	35.520
	<u>300.488</u>	<u>(226.816)</u>	<u>73.672</u>	<u>347.046</u>	<u>(263.207)</u>	<u>83.839</u>

24. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de outros activos tangíveis.

25. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Outros proveitos de exploração:</u>		
Prestação de serviços:		
Taxas de serviço	24.067	31.905
Cartões de crédito	7.729	4.534
Venda de cheques e cadernetas	7.547	7.648
Locação de imóveis (Nota 8)	110	126
Outros proveitos de exploração	4.557	8.729
	<u>44.010</u>	<u>52.942</u>
<u>Outros custos de exploração:</u>		
Outros impostos	(18.075)	(7.620)
Donativos	(909)	(1.043)
Quotizações	(627)	(871)
Outros	(2.752)	(9.557)
	<u>(22.363)</u>	<u>(19.091)</u>
	<u>21.647</u>	<u>33.851</u>

26. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Remunerações de empregados	475.565	471.591
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	24.768	31.133
Encargos sociais		
Previdência social	70.764	67.234
Despesas médicas	5.189	3.816
Outros	5.660	5.579
Prémios de produtividade (Nota 17)	2.798	30.987
Outros	6.110	6.521
	<u>590.854</u>	<u>616.861</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No exercício de 2013 a Caixa anulou o acréscimo de custos referente a prémios de produtividade que tinha reconhecido em 2012 no montante de mCve. 30.987 uma vez que a sua distribuição não foi aprovada.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2013	2012
Administradores executivos	3	3
Direcção Geral e Coordenação	17	17
Gerência e chefias	40	38
Técnicos	108	100
Administrativos	103	106
Apoio Geral e auxiliar	50	39
	<u>321</u>	<u>303</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os números apresentados acima incluem 50 e 62 colaboradores, respectivamente, com contrato de trabalho a termo certo.

27. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Serviços especializados	154.834	139.312
Encargos com ATM	107.934	104.149
Água, gás e electricidade	72.020	47.484
Comunicações	45.556	35.058
Publicidade	37.143	52.759
Conservação e reparação	25.172	22.312
Deslocações, estadas e representação	20.737	35.936
Material de consumo corrente	18.666	18.879
Rendas e alugueres	16.235	21.271
Seguros	15.767	18.254
Combustíveis	10.170	11.426
Transportes	2.508	3.641
Encargos com formação do pessoal	2.405	14.730
Material informático	1.425	1.153
Outros	3.596	9.932
	<u>534.168</u>	<u>536.295</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

28. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2013	2012
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	403.130	326.256
Créditos documentários abertos	-	31.456
	<u>403.130</u>	<u>357.712</u>
Depósito e guarda de valores	29.261.894	5.853.650
	<u>29.665.024</u>	<u>6.211.362</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica “Depósitos e guarda de valores” inclui mCve. 18.909.171 relativos a títulos depositados na Caixa pelo INPS.

29. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de “Negociação e Vendas” e “Banca Comercial”.

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a actividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	429.305	2.703.092	3.132.397
Juros e encargos similares	-	(1.372.725)	(1.372.725)
MARGEM FINANCEIRA	<u>429.305</u>	<u>1.330.367</u>	<u>1.759.672</u>
Rendimentos com serviços e comissões	-	181.864	181.864
Encargos com serviços e comissões	-	(69.449)	(69.449)
Resultados de reavaliação cambial	-	73.672	73.672
Resultados de alienação de outros activos	5.042	-	5.042
Outros resultados de exploração	21.647	-	21.647
PRODUTO BANCÁRIO	<u>455.994</u>	<u>1.516.454</u>	<u>1.972.448</u>
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	(361.810)
	<u>455.994</u>	<u>1.516.454</u>	<u>1.610.638</u>
Outros custos e proveitos	-	-	(1.392.877)
Resultado líquido do exercício			<u><u>205.842</u></u>
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	5.691.712	5.691.712
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	661.616	661.616
Activos Financeiros disponíveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	6.726.054	108.433	6.834.487
Crédito a Clientes	8.318.397	27.917.124	36.235.521
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	(943.406)	(943.406)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(295.000)	(45.333.646)	(45.628.646)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2012		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	414.035	2.597.233	3.011.268
Juros e encargos similares	-	(1.352.127)	(1.352.127)
MARGEM FINANCEIRA	414.035	1.245.106	1.659.141
Rendimentos com serviços e comissões	-	193.975	193.975
Encargos com serviços e comissões	-	(57.120)	(57.120)
Resultados de reavaliação cambial	-	83.839	83.839
Outros resultados de exploração	33.851	-	33.851
PRODUTO BANCÁRIO	447.886	1.465.800	1.913.686
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	(540.201)
	447.886	1.465.800	1.373.485
Outros custos e proveitos	-	-	(1.254.821)
Resultado líquido do exercício			118.664
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	2.846.489	2.846.489
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	894.667	894.667
Activos Financeiros disponíveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	226.929	5.109.436	5.336.365
Crédito a Clientes	7.231.562	27.515.962	34.747.524
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	(1.232.508)	(1.232.508)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(326.667)	(39.603.343)	(39.930.010)

A totalidade da actividade da caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

30. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus accionistas, empresas associadas e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	Estado de Cabo Verde	2013		
		Accionistas		Associadas
		INPS	IMPAR	
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	727.000	-	-	-
Crédito a clientes	6.938.548	-	-	174.753
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	125.638
Imparidade	-	-	-	(43.742)
Outros activos	797.726	-	-	-
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	299.042	928
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	11.791.106	-	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	357.984	-	-	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	7.688	15.000	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2012			
	Estado de Cabo Verde	Accionistas		Associadas
		INPS	IMPAR	
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	227.000	-	-	-
Crédito a clientes	5.868.650	-	-	177.219
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	150.490
Imparidade	-	-	-	(61.164)
Outros activos	698.126	-	-	-
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	273.566	28.717
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	7.790.611	-	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	320.960	-	-	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	8.304	12.822	-

Órgãos de gestão

Em 2013, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa ascenderam a mCve. 24.768 (mCve. 31.133 no exercício de 2012) (Nota 26).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 14.364 e mCve. 1.700, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

31. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS*Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Caixa Económica de Cabo Verde*

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adopção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise a posteriori dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respectivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo caboverdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projecções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2013					
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
Activo:						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.691.712	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	661.616	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	6.427.000	300.000	-	-	108.225	(738)
Crédito a clientes (saldos brutos)	799.602	1.356.282	1.685.552	9.462.386	18.108.419	4.823.280
	<u>13.579.930</u>	<u>1.656.282</u>	<u>1.685.552</u>	<u>9.462.386</u>	<u>18.216.644</u>	<u>4.822.542</u>
						<u>49.423.336</u>
Passivo:						
Recursos de outras instituições de crédito	(317.734)	-	(50.000)	-	(551.325)	(24.347)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(20.295.935)	(2.743.090)	(15.273.358)	(3.107.742)	(3.652.730)	(555.791)
	<u>(20.613.669)</u>	<u>(2.743.090)</u>	<u>(15.323.358)</u>	<u>(3.107.742)</u>	<u>(4.204.055)</u>	<u>(580.138)</u>
						<u>(46.572.052)</u>
Diferencial	<u>(7.033.739)</u>	<u>(1.086.808)</u>	<u>(13.637.806)</u>	<u>6.354.644</u>	<u>14.012.589</u>	<u>4.242.404</u>
						<u>2.851.284</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2012						Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activo:							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.846.489	-	-	-	-	-	2.846.489
Disponibilidades em outras instituições de crédito	894.667	-	-	-	-	-	894.667
Aplicações em instituições de crédito	5.227.000	717	-	-	108.225	423	5.336.365
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.250.669	1.006.521	1.307.227	9.290.422	17.184.819	4.707.866	34.747.524
	<u>10.218.825</u>	<u>1.007.238</u>	<u>1.307.227</u>	<u>9.290.422</u>	<u>17.293.044</u>	<u>4.708.289</u>	<u>43.825.045</u>
Passivo:							
Recursos de outras instituições de crédito	(108.238)	(547.716)	-	-	(551.325)	(25.229)	(1.232.508)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(15.949.598)	(2.543.763)	(10.750.972)	(6.492.718)	(3.672.730)	(520.229)	(39.930.010)
	<u>(16.057.836)</u>	<u>(3.091.479)</u>	<u>(10.750.972)</u>	<u>(6.492.718)</u>	<u>(4.224.055)</u>	<u>(545.458)</u>	<u>(41.162.518)</u>
Diferencial	<u>(5.839.011)</u>	<u>(2.084.241)</u>	<u>(9.443.745)</u>	<u>2.797.704</u>	<u>13.068.989</u>	<u>4.162.831</u>	<u>2.662.527</u>

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um carácter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

A coluna “Indeterminado” inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a otimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adoptada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos activos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respectivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows activos e passivos assim como o correspondente gap de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais, e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbios é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de Julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de Fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afectos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise colectiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações activas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspectiva prudencial.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito da Caixa apresenta a seguinte decomposição:

	2013	2012
Aplicações em instituições de crédito	6.834.487	5.336.365
Crédito a clientes	33.707.352	32.350.070
	<u>40.541.839</u>	<u>37.686.435</u>
Garantias e avales	403.130	326.256
Créditos documentários abertos	-	31.456
	<u>403.130</u>	<u>357.712</u>
Exposição máxima	<u>40.944.969</u>	<u>38.044.147</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

	2013			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	7.219.557	410.891	1.847.094	9.477.542
Vencido	4.863	10.114	917.337	932.314
	<u>7.224.420</u>	<u>421.005</u>	<u>2.764.431</u>	<u>10.409.856</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	394.295	-	-	394.295
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	9.542.670	470.454	1.212.414	11.225.538
Vencido	80	4.077	159.486	163.643
	<u>9.542.750</u>	<u>474.531</u>	<u>1.371.900</u>	<u>11.389.181</u>
Crédito ao consumo				
Vincendo	3.842.400	112.030	173.454	4.127.884
Vencido	1	10.642	188.326	198.969
	<u>3.842.401</u>	<u>122.672</u>	<u>361.780</u>	<u>4.326.853</u>
Outros créditos				
Vincendo	385.728	11.727	379.469	776.924
Vencido	6.783	1.554	55.384	63.721
	<u>392.511</u>	<u>13.281</u>	<u>434.853</u>	<u>840.645</u>
Garantias prestadas				
Vincendo	8.835	-	-	8.835
Instituições financeiras				
Vincendo	117	-	-	117
Sector Público				
Vincendo	1.003.277	-	-	1.003.277
Vencido	-	-	15	15
	<u>1.003.277</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>1.003.292</u>
Total crédito vincendo	<u>22.396.879</u>	<u>1.005.102</u>	<u>3.612.431</u>	<u>27.014.412</u>
Total crédito vencido	<u>11.727</u>	<u>26.387</u>	<u>1.320.548</u>	<u>1.358.662</u>
Total de crédito	<u>22.408.606</u>	<u>1.031.489</u>	<u>4.932.979</u>	<u>28.373.074</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2012			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	7.558.878	156.758	1.923.755	9.639.391
Vencido	13.951	21.056	793.509	828.516
	<u>7.572.829</u>	<u>177.814</u>	<u>2.717.264</u>	<u>10.467.907</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	<u>330.555</u>	<u>13.518</u>	<u>6.955</u>	<u>351.028</u>
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	9.218.353	452.530	1.138.556	10.809.439
Vencido	3.743	4.768	151.192	159.703
	<u>9.222.096</u>	<u>457.298</u>	<u>1.289.748</u>	<u>10.969.142</u>
Crédito ao consumo				
Vincendo	3.899.133	146.669	217.761	4.263.563
Vencido	1	20.504	194.372	214.877
	<u>3.899.134</u>	<u>167.173</u>	<u>412.133</u>	<u>4.478.440</u>
Outros créditos				
Vincendo	432.550	105.067	156.591	694.208
Vencido	4.232	1.636	39.065	44.933
	<u>436.782</u>	<u>106.703</u>	<u>195.656</u>	<u>739.141</u>
Garantias prestadas				
Vincendo	<u>2.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.500</u>
Instituições financeiras				
Vincendo	<u>76</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76</u>
Sector Público				
Vincendo	<u>938.548</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>938.548</u>
	<u>938.548</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>938.548</u>
Total crédito vincendo	<u>22.380.593</u>	<u>874.542</u>	<u>3.443.618</u>	<u>26.698.753</u>
Total crédito vencido	<u>21.927</u>	<u>47.964</u>	<u>1.178.138</u>	<u>1.248.029</u>
Total de crédito	<u>22.402.520</u>	<u>922.506</u>	<u>4.621.756</u>	<u>27.946.782</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
 - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
 - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- “Créditos com incumprimento”
 - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
 - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante a Caixa foi reclassificada para esta categoria.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram 3.953.318 mCve. e mCve. 2.446.703, respectivamente, ascendendo a imparidade a 1.247.607 mCve. e mCve. 977.133, respectivamente. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

De forma a dar cumprimento à Circular Série A, n.º 150 de 28 de Dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central de Cabo Verde, os indicadores de qualidade do crédito em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são apresentados da seguinte forma:

	2013	2012
Crédito em incumprimento/crédito total	7,21%	6,35%
Crédito em incumprimento líquido/crédito total, líquido	0,24%	-0,53%

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

	2013				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.691.712	5.691.712	-	-	5.691.712
Disponibilidades em outras instituições de crédito	661.616	661.616	-	-	661.616
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	6.834.487	6.834.487	-	-	6.834.487
Crédito a clientes	31.403.247	29.579.016	(1.824.231)	4.832.274	36.235.521
	<u>44.594.885</u>	<u>42.770.654</u>	<u>(1.824.231)</u>	<u>4.832.274</u>	<u>49.427.159</u>
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	943.406	606.721	(336.685)	-	943.406
Recursos de clientes e outros empréstimos	45.628.646	46.429.714	801.068	-	45.628.646
	<u>46.572.052</u>	<u>47.036.435</u>	<u>464.383</u>	<u>-</u>	<u>46.572.052</u>

	2012				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.846.489	2.846.489	-	-	2.846.489
Disponibilidades em outras instituições de crédito	894.667	894.667	-	-	894.667
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	5.336.365	5.336.365	-	-	5.336.365
Crédito a clientes	29.947.497	27.789.951	(2.157.546)	4.800.027	34.747.524
	<u>39.028.841</u>	<u>36.871.295</u>	<u>(2.157.546)</u>	<u>4.800.027</u>	<u>43.828.868</u>
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(1.232.508)	(1.054.744)	177.764	-	(1.232.508)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(39.930.010)	(40.093.830)	(163.820)	-	(39.930.010)
	<u>(41.162.518)</u>	<u>(41.148.574)</u>	<u>13.944</u>	<u>-</u>	<u>(41.162.518)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
 - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
 - A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido da imparidade constituída.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2013					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	333.578	161.466	74.774	(108.074)	(204.546)	(408.457)
Total activo sensível	333.578	161.466	74.774	(108.074)	(204.546)	(408.457)
Recursos de outras instituições de crédito	58.090	50.822	47.341	40.674	37.481	31.366
Total passivo sensível	58.090	50.822	47.341	40.674	37.481	31.366
Total Ganho / (Perda)	275.488	110.644	27.433	(148.748)	(242.027)	(439.823)

	2012					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	666.993	325.623	166.049	(133.045)	(273.340)	(530.061)
Total activo sensível	666.993	325.623	166.049	(133.045)	(273.340)	(530.061)
Recursos de outras instituições de crédito	114.692	103.747	98.389	88.404	83.637	74.527
Total passivo sensível	114.692	103.747	98.389	88.404	83.637	74.527
Total Ganho / (Perda)	552.301	221.876	67.660	(221.449)	(356.977)	(604.588)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2013 e 2012, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projectação margem financeira					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício de 2013	(38.825)	(19.412)	(9.706)	9.706	19.412	38.825
Exercício de 2012	(38.825)	(19.412)	(9.706)	9.706	19.412	38.825

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2013 e 2012, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012. Esses impactos correspondem exclusivamente a obrigações corporate detidas pela Caixa.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a 28.288.584 mCve. e mCve. 23.153.450, respectivamente.

Risco cambialDecomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2013				
	Moeda				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.873.180	2.211.857	383.125	223.550	5.691.712
Disponibilidades em outras instituições de crédito	108.193	184.025	265.928	103.470	661.616
Activos financeiros disponíveis para venda (saldo líquido)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	6.726.263	108.224	-	-	6.834.487
Crédito a clientes (valores brutos)	36.235.513	8	-	-	36.235.521
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	125.638	-	-	-	125.638
Outros activos (saldo líquido)	71.618	726.315	378.968	62	1.176.963
	<u>46.140.405</u>	<u>3.234.252</u>	<u>1.028.021</u>	<u>327.082</u>	<u>50.729.760</u>
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(381.143)	(558.255)	(4.008)	-	(943.406)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.542.981)	(447.131)	(635.261)	(3.273)	(45.628.646)
Outros passivos	2.570.504	(2.225.045)	(388.751)	(323.807)	(367.099)
	<u>(42.353.620)</u>	<u>(3.230.431)</u>	<u>(1.028.020)</u>	<u>(327.080)</u>	<u>(46.939.151)</u>
Exposição líquida	<u>3.786.785</u>	<u>3.821</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3.790.609</u>

	2012				
	Moeda				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.168.270	393.553	133.091	151.575	2.846.489
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.904	335.351	433.791	82.621	894.667
Activos financeiros disponíveis para venda (saldo líquido)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	5.227.424	108.941	-	-	5.336.365
Crédito a clientes (valores brutos)	34.747.515	9	-	-	34.747.524
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	150.490	-	-	-	150.490
Outros activos (saldo líquido)	183.960	654.979	6.983	-	845.922
	<u>42.520.563</u>	<u>1.496.656</u>	<u>573.865</u>	<u>234.196</u>	<u>44.825.280</u>
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(366.252)	(862.067)	(4.166)	(23)	(1.232.508)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(38.797.031)	(614.758)	(517.496)	(725)	(39.930.010)
Outros passivos	(9.796)	(15.210)	(50.623)	(233.446)	(309.075)
	<u>(39.173.079)</u>	<u>(1.492.035)</u>	<u>(572.285)</u>	<u>(234.194)</u>	<u>(41.471.593)</u>
Exposição líquida	<u>3.347.484</u>	<u>4.621</u>	<u>1.580</u>	<u>2</u>	<u>3.353.687</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

32. GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa Económica está sujeita ao respeito do rácio de solvabilidade, dos rácios sobre a liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso BCV nº 3/2007 de 19 de Novembro “Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais”, a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso BCV nº 3/2007 define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo de do rácio de solvabilidade.

Os Fundos Próprios são divididos em duas categorias:

- os Fundos Próprios de base determinadas a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes; e
- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas as participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Caixa Económica de Cabo Verde cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	<u>Fundos próprios</u>	<u>Rácio Solvabilidade</u>	<u>Limite de imobilizações</u>
2013	3.538.158	14,21%	144,27%
2012	3.358.911	13,58%	127,70%